

26º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO

01 de abril a 30 de junho de 2025



**SUBSECRETARIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE (SUPEC) DA SECRETARIA DE ESTADO
DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP)**

SUBSECRETÁRIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Christiana Dornas Rodrigues

ELABORAÇÃO:

COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Gleysiane Freire Diniz – Supervisora do Contrato de Gestão

Marina Tereza da Silva Coelho – Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão

Beatriz Barbosa Pena Camargo – Representante da unidade jurídica do OEP

Ana Carolina dos Santos Gonçalves – Representante da unidade financeira do OEP

Cícera Maia - Membro da Comissão de Monitoramento

ASSESSORIA DE GABINETE E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Anna Carolina Marotta de Oliveira Menezes

SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Flávia Cristina Silva Mendes

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE PARA A JUVENTUDE

Ana Carolina Gonçalves Ferreira

**DIRETORIA DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À
CRIMINALIDADE**

Cristiane Pereira Gabriel Brum

Celso Nunes de Souza

Maressa de Cássia Gonçalves Aguiar

Vanessa Serva Maciel Golgher

**DIRETORIA DE ALTERNATIVAS PENAIAS E ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA
PRISIONAL**

Paloma de Souza Santos Pereira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADA	5
2.1. Detalhamento dos resultados alcançados	9
Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos	9
Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	15
Área Temática 3 – Programa Se Liga	22
Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA	23
Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp.....	26
Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência	33
Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas.....	35
Área Temática 8 – Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	41
Área Temática 9 – Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher	43
Área Temática 10 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política	48
Área Temática 11 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	50
Área Temática 12 – Gestão da Parceria.....	51
Área Temática 13 – Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais	51
3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS	52
4. RETIFICAÇÕES DO RELATÓRIO GERENCIAL DE RESULTADOS	53
5. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS	54
5.1 Análise das receitas e despesas do período.....	60
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 002/2019, no período de 01/04/2025 a 30/06/2025, correspondente ao 26º Período Avaliatório – PA, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo (IElo) por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e dos Relatórios Gerenciais Financeiros (RGFs).

Em atendimento ao art.71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao art.52 do Decreto Estadual nº 47.553/2018 será apresentado neste documento o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução da política pública. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, com sua devida análise.

Para a elaboração deste relatório, a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (Supec), precipuamente as diretorias e coordenações dos programas, que possuem as informações qualificadas e dão as diretrizes para a execução do objeto do Contrato de Gestão nº 02/2019 (CG).

Ressalta-se ainda que esta Comissão de Monitoramento não tem gerência sobre as metodologias dos programas e nas diretrizes emanadas por cada diretoria que compõem a Supec. Por isso, a imprescindibilidade de que todas as diretorias da Subsecretaria façam a análise dos seus respectivos programas e a apresentação da avaliação neste documento.

O 26º Período Avaliativo do CG nº 02/2019 foi marcado pelo cumprimento total ou parcial da maioria dos indicadores pactuados, bem como pelo encerramento da execução na Supec do Programa Se Liga, de atendimento aos egressos do sistema socioeducativo, e pela conclusão do “Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher” em sua última unidade, no município de Pouso Alegre, em abril de 2025, uma parceria entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), via Funemp – Fundo Especial do Ministério Público.

No que se refere aos produtos e ações, este período foi marcado por entregas significativas, fruto do esforço coletivo de centenas de profissionais da parceria entre o Instituto Elo e a Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade, especialmente a entrega do primeiro módulo do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade - Sistema do Programa Ceapa, cuja implantação será gradativa, com início em julho de 2025 na Unidade de Prevenção à Criminalidade de Santa Luzia.

Além do Sistema Integrado de Monitoramento, destaca-se a Pesquisa do Perfil das Mulheres Egressas do Sistema Prisional acompanhados pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), um produto que sistematizou dados sobre as mulheres acompanhadas pelo programa, destacando a importância da visibilidade das experiências e especificidades no sistema de justiça criminal. Destaca-se que as informações geradas por este relatório oferecem subsídios para políticas públicas mais eficazes de proteção social e de prevenção à criminalidade.

2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADA

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					26º Período Avaliatório Abr/2025 a Jun/2025	
1		1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 35.240 •	• 38.016 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 2.290 •	• 3.009 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 7.440 •	• 7.724 •
2		2.1	Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.080 •	• 3.318 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 8.855 •	• 8.918 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 57.945 •	• 64.546 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 316 •	• 354 •
4		4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 45.360 •	• 47.217 •
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 75% •	• 72,9% •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					26º Período Avaliatório Abr/2025 a Jun/2025	
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 3.240 •	• 3.054 •
		4.4	Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	1	• 18% •	• 5,5% •
5		5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 12.384 •	• 12.214 •
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 80% •	• 86% •
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 1.360 •	• 1.485 •
6	 Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência	6.1	Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	1	• 8 •	• 39 •
		6.2	Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	1	• 700 •	• 594 •
		6.3	Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	1	• 120 •	• 129 •
7		7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	5	• 490 •	• 331 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					26º Período Avaliatório Abr/2025 a Jun/2025	
		7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	5	• 1.260 •	• 1.256 •
		7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	4	• 360 •	• 749 •
8	Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	8.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	2	• 6.270 •	• 7.302 •
		8.2	Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	1	• 1.554 •	• 1.061 •
9		9.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	1	• 355 •	• 384 •
10	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	10.1	Número de acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 182 •	• - •
		10.2	Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 406 •	• - •
		10.3	Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 90 •	• - •
		10.4	Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover)	1	• 2,50% •	• 2,1% •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					26º Período Avaliatório Abr/2025 a Jun/2025	
11	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	11.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	1	● 34 ●	● 33 ●
		11.2	Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	1	● 3 ●	● 3 ●
12	Gestão da Parceria	12.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	● 100% ●	● - ●
		12.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	● 100% ●	● - ●
13	Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais	13.1	Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos	1	● - ●	● - ●

2.1. Detalhamento dos resultados alcançados

Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
35.240	38.016	107,88%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
2.290	3.009	131,40%

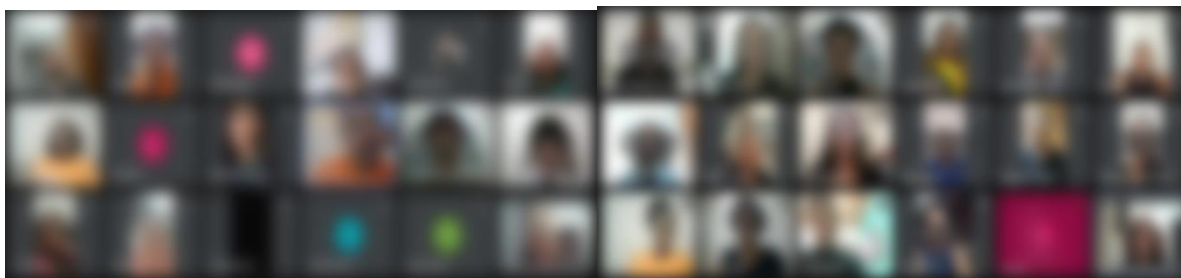
Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
7.440	7.724	103,82%

A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM) manifesta concordância com a Organização Social (OS) quanto ao alcance das metas pactuadas durante o 26º Período Avaliatório (PA), ressaltando o papel estratégico das oficinas como uma frente relevante para o cumprimento das metas.

Como mencionado nos relatórios anteriores, a intensificação da dinâmica criminal nos territórios, com o consequente aumento de homicídios, continua a ser uma preocupação central da Supec. Ao longo do trimestre, observou-se um aumento de 42 homicídios em comparação ao período anterior. A DCM expressa sua preocupação e sinaliza a ausência de uma apresentação mais qualificada, por parte da OS, com respostas possíveis aos fenômenos territoriais referente aos crimes violentos e homicídios de forma mais clara, como solicitado nos relatórios anteriores. **A DCM reforça a necessidade de avançar no direcionamento das equipes para o desenvolvimento de ações de prevenção e proteção mais consistentes e abrangentes, ajustadas à realidade de cada território.**

Cabe destacar, no referido período, a realização do primeiro encontro do “Comitê Gestor de Oficinas do Programa Mediação de Conflitos”, ocorrido no mês de abril. O encontro contou com a participação deicineiras do programa, da Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM), da Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPSC), da Supervisão de Prevenção e da Gerência de Monitoramento e Gestão de Projetos do Instituto Elo, configurando-se como um espaço importante de escuta e construção coletiva.

A DCM reconhece a relevância dessa iniciativa, por compreendê-la como estratégica para o fortalecimento da política de prevenção nos territórios a partir da atuação das icineiras. Nesse sentido, **ressalta-se a importância da continuidade e qualificação deste Comitê por parte da OS e recomenda-se que as pautas, demandas e proposições advindas deste espaço sejam adequadamente acolhidas, processadas e incorporadas pela OS**, de modo a garantir a efetividade das escutas e evitar o esvaziamento do sentido político-pedagógico do comitê enquanto instrumento de participação, reflexão crítica e fortalecimento da política pública.



1º Encontro Comitê Oficinas PMC – 16/04/2025/ 2º Encontro Comitê Oficinas PMC - 10/06/2025

Conforme sinalizado no anteriormente, no presente período ocorreu a ampliação da oferta de atendimentos em oficinas, alcançando-se o teto estabelecido de 74. A DCM reconhece tal resultado como um avanço relevante no fortalecimento da presença do programa nos territórios, com foco na prevenção das violências. Contudo, o período foi concluído com 56 oficinas em funcionamento, quantitativo consideravelmente inferior ao projetado. Diante desse cenário, **a DCM reforça a necessidade de um acompanhamento rigoroso por parte da OS, com vistas a assegurar maior celeridade na implantação das oficinas e a promover a qualificação contínua de sua execução.**

Registra-se ainda, que o Programa Mediação de Conflitos (PMC) completa 20 anos em 2025. Para celebrar este marco estão previstas ações comemorativas, dentre elas o Seminário de 20 anos do PMC, previsto para ocorrer em setembro, em articulação com o Programa Selo Prevenção, que completa 5 anos de atuação. Paralelamente, está em elaboração a Revista Comemorativa dos 20 anos do programa, construída coletivamente pela Comissão de Comunicação, composta tanto por representantes de analistas sociais, estagiários, gestores, quanto pela Supervisão de Prevenção e pela DCM.

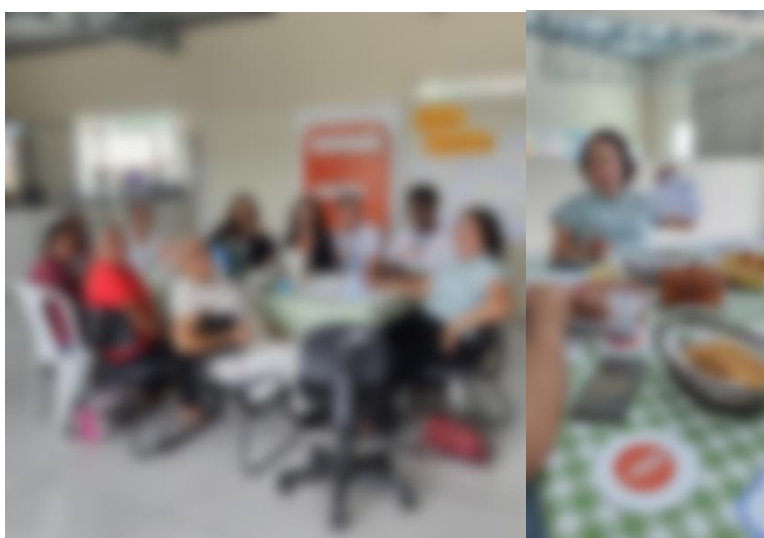
Já no âmbito territorial, conforme registrado no 25º Relatório de Monitoramento, permanece a expectativa de que sejam desenvolvidas ações comemorativas que envolvam moradores, lideranças comunitárias e a rede local. Contudo, no presente período avaliativo não foram recebidas proposições dessas ações, à exceção da iniciativa realizada pelo PMC Vila Cemig. **A DCM reitera a importância do avanço por parte da OS na formulação e execução de ações comemorativas nos territórios, como estratégia de reconhecimento e valorização da trajetória do programa e de sua contribuição para a prevenção das violências nos contextos locais de atuação.**

Quanto a análise dos indicadores, a DCM corrobora com os resultados apresentados pela OS no **indicador 1.1**, ressaltando: 1) No Relatório Gerencial (RGR), página 10, a OS destaca o investimento das equipes nas modalidades de atendimentos coletivos, evidenciando um crescimento expressivo nessa frente de atuação. A DCM, embora reconheça esse avanço, **reforça a necessidade de maior consistência e intencionalidade nos atendimentos vinculados a projetos de prevenção à violência.** Ressalta-se que oito equipes não realizaram ações nesse escopo durante o trimestre, entre as quais se destacam PMC Bom Jardim/Ipatinga, Justinópolis/Ribeirão das Neves, Pedreira Prado Lopes e Minas Caixa em Belo Horizonte. É importante assinalar que os dois primeiros apresentaram aquecimentos na dinâmica criminal, com registros de homicídios no período.

Conforme apontado pela OS na página 11, a promoção da participação social e o fortalecimento do capital social configuram estratégias relevantes no campo da proteção social para a prevenção de homicídios. Todavia, observa-se que ainda há um investimento incipiente na modalidade de projetos de prevenção as violências, o que demanda maior atenção da OS e fortalecimento das ações com foco preventivo. Nesse contexto, **a DCM reforça a necessidade de um direcionamento mais assertivo do trabalho, com estratégias específicas para responder às violências letais que afetam diretamente os territórios, e que possibilite avançar na redução dos homicídios.**

A OS exemplifica, na mesma página, a ação promovida pelo UPC Palmital, realizada como resposta a um homicídio ocorrido no território. A atividade envolveu diferentes expressões culturais, grupos da velha guarda, danças urbanas, rap e rima, promovendo a ocupação cidadã do espaço público e fortalecendo o sentimento de pertencimento entre os participantes. A DCM reconhece a potência dessa iniciativa e **endossa a importância de ações semelhantes, que identifica e fortalece o capital social, os laços comunitários, a cultura, a memória do território como dispositivos estratégicos de prevenção à violência.**

Nessa perspectiva, destaca-se também a ação desenvolvida pelo PMC Rosaneves, que em sua 3ª edição do “Café com Referências” promoveu um espaço de diálogo qualificado sobre o protagonismo comunitário frente aos desafios impostos pelas violências vivenciadas no território. A atividade possibilitou a escuta e o reconhecimento das lideranças locais, contribuindo para a mobilização social e o fortalecimento de vínculos comunitários, elementos fundamentais para a construção de estratégias de enfrentamento das violências a partir das potências do próprio território.



PMC Rosaneves - 3º Encontro Café com Referências - 06/05/2025

A DCM reafirma a importância de qualificar a escuta dos territórios e consolidar práticas que não apenas celebrem a participação social, mas que a convertam em estratégias permanentes e efetivas de prevenção às violências, com ênfase na redução das violências e homicídios.

Na página 12, a OS destaca a consolidação das oficinas como frente estratégica da política de prevenção social, ressaltando seu papel na construção de ações voltadas ao enfrentamento das violências nos territórios. A DCM reconhece a importância dessa frente de intervenção, mas ressalta que a análise apresentada permanece centrada em resultados quantitativos, sem aprofundar sobre os aspectos qualitativos, relacionados à intencionalidade preventiva, aderência das oficinas e a qualidade metodológica. **Recomenda-se, portanto, que no próximo RGR sejam incorporados elementos que permitam compreender, de forma mais aprofundada, os impactos qualitativos das oficinas nos territórios.**

Adicionalmente, a DCM chama atenção para a ausência de novas implantações por parte de algumas equipes, situação que demanda maior mobilização e planejamento estratégico orientado pela realidade local. **Reitera-se, portanto, a importância de um acompanhamento mais sistemático por parte da OS, assegurando tanto a celeridade na implantação das oficinas, bem como sua sustentabilidade, coerência metodológica e efetividade no campo da prevenção.**

Nas páginas 12 e 13 do RGR, a OS destaca que as situações de violência ocupam o segundo lugar entre os atendimentos realizados pelas equipes, ao lado dos conflitos intrafamiliares. Segundo o Instituto Elo, essa realidade tem possibilitado o desenvolvimento de intervenções comunitárias voltadas à promoção

de práticas de resolução pacífica de conflitos. Apesar dessa leitura, a DCM chama atenção para a atuação do PMC Bom Jardim em Ipatinga que não realizou nenhum atendimento coletivo, nem ações em projetos de prevenção ao longo do trimestre. No que se refere aos atendimentos individuais, foram registrados 24 atendimentos no período, com apenas dois realizados no mês de maio, o que pode indicar baixa mobilização frente às demandas do território.

Apesar disso, o PMC Bom Jardim vem alcançando a meta estabelecida, sobretudo em função da concentração dos atendimentos na modalidade de oficinas. Tal cenário reforça a necessidade de uma análise mais qualificada dos resultados e da atuação da equipe técnica, considerando não apenas o cumprimento quantitativo das metas, mas também a diversidade das frentes de atuação, a intencionalidade das ações e a capacidade de resposta do programa diante das violências que incidem nos territórios.

Ainda na página 13, a OS aponta a violência contra a pessoa idosa como uma das demandas recorrentes identificadas nos atendimentos. Em consonância com essa constatação, a DCM ressalta que, ao longo do mês de junho foram promovidas ações nos territórios com o objetivo de sensibilizar à comunidade quanto a importância da proteção dos direitos da pessoa idosa, bem como para o fortalecimento de práticas preventivas voltadas à redução das violências que acometem esse público.

Destaca-se, nesse sentido, a atuação das equipes do PMC Citrolândia, que promoveu uma roda de conversa com pessoas idosas sobre direitos e estratégias de prevenção à violência, e do PMC Estrela Dalva/Contagem que articulou um encontro com foco na sensibilização, no fortalecimento de vínculos e na ampliação do acesso à rede de proteção.



PMC Citrolândia - Ação Junho Violeta - 10/06/2025 | PMC Estrela Dalva - Ação Junho Violeta - 30/06/2025

No que se refere ao **indicador 1.2**, que mensura a média mensal de pessoas atendidas pelas Unidades de Prevenção à Criminalidade, observa-se um resultado expressivo: foram alcançados, em média, 3.009 atendimentos mensais, frente à meta pactuada de 2.290.

A OS atribui esse desempenho, com razão, à execução do projeto “É na Base! PMC”, realizado nas escolas durante o mês de março, que em função da greve dos professores da rede pública, também estendeu sua execução até o mês de abril em algumas Unidades. É sabido ainda, que os efeitos do “Projeto É na Base!” reverberam nos meses subsequentes, possibilitando às equipes a continuidade das ações. A mobilização em torno do projeto favorece o estabelecimento de novos vínculos entre equipe e território, o que de fato impulsiona a continuidade e expansão dos atendimentos. A DCM concorda com a análise apresentada, no que tange os reflexos do projeto neste indicador, sobretudo por este se tratar de indicador que afere média de pessoas atendidas, de modo que um grande volume produzido em um mês pode afetar o outro. Contudo, ao se analisar o alcance do programa no trimestre, mês a mês, observa-se que a maior concentração de pessoas atendidas ocorreu no mês de maio. Sendo assim, destacam-se as ações temáticas realizadas pelas equipes nesse período como ponto central para a superação da meta estabelecida, como por exemplo, as campanhas do “Maio Laranja” sobre conscientização sobre o abuso e exploração sexual de crianças e

adolescentes, ocasião em que as equipes desenvolvem ações de prevenção em diversos espaços da comunidade, ampliando ao alcance das intervenções.



PMC Morro das Pedras/BH em Ação em Alusão ao Maio Laranja

A DCM reconhece o empenho das equipes em reverterem a tendência deste indicador em relação ao trimestre anterior, isto é, no 25º Período Avaliatório ele figurava como o único indicador com a meta não atingida, com o seu crescimento gradativo ao longo do trimestre em avaliação. Há um incentivo/orientação desta Diretoria para que as equipes ampliem a execução de atividades nas práticas coletivas de atendimento, seja construindo projetos, promovendo ações de organização comunitária ou coletivizando demandas de natureza coletiva, como forma de garantir que as intervenções do programa alcancem os territórios. O alcance das oficinas também corresponde a um percentual importante do alcance desse indicador, portanto, recomenda-se o acompanhamento sistemático dessa modalidade. **Adicionalmente, recomenda-se atenção por parte da OS executora quanto à ocupação integral das vagas destinadas às oficinas do Programa.**

Observa-se que, embora tenha a previsão de execução de 74 oficinas, ao final deste ciclo apenas 56 estavam em funcionamento. Considerando o investimento de recursos públicos na manutenção dessas estruturas e a importância estratégica das oficinas como espaço privilegiado de fortalecimento de vínculos comunitários, promoção de cidadania e prevenção da violência, **é fundamental que sejam envidados esforços para a recomposição do quantitativo previsto.** A plena ocupação das vagas contribuirá para o aprimoramento dos resultados do Programa, além de garantir a maximização do retorno social esperado a partir da aplicação dos recursos pactuados.

A DCM valida a análise da OS de que a expansão da presença institucional do Programa e a qualificação do vínculo comunitário possibilitam o acolhimento do público. Essa mobilização contribui não apenas para o alcance quantitativo, mas também para a qualificação do trabalho técnico, uma vez que ações coletivas potencializam o fortalecimento de vínculos sociais e a construção de soluções comunitárias para os conflitos locais. A constatação de que muitas pessoas têm sido acompanhadas simultaneamente por diferentes frentes de atuação revela o caráter integrado da metodologia do PMC e sua capacidade de responder às múltiplas dimensões da vulnerabilidade social, e seu potencial de intervenção em contextos de

violência e letalidade. Do mesmo modo, a ênfase dada às ações coletivas, como oficinas e atividades de organização comunitária, também se mostra coerente com a lógica da segurança cidadã proposta pelo PMC, reforçando a dimensão participativa da política pública.

Destacam-se novamente, o PMC Citrolândia/Betim, que alcançou a meta em todos os meses do trimestre, evidenciando um desempenho positivo e consistente ao longo de todo o período. Observa-se uma boa inserção da equipe no território, refletida tanto na procura expressiva por atendimentos individuais, quanto na efetiva mobilização para a construção de atendimentos coletivos. Porém, chama a atenção os desafios enfrentados pela equipe da UPC Vila Pinho/BH, que permanece dando uma baixa resposta a este indicador. Apesar do alcance expressivo da meta global atribuída a este indicador, observamos que ainda há equipes que encontram dificuldades na manutenção deste, sendo assim, orienta-se que seja discutido com mais clareza os desafios, bem como quais estratégias de reversão possam ser construídas com essas equipes e acompanhadas pela OS.

No que se refere ao **indicador 1.3**, observa-se a manutenção do desempenho satisfatório do programa, com o cumprimento de 104% da meta para o período. Os dados apresentados evidenciam a amplitude e complexidade do trabalho em rede desenvolvido pelas equipes, envolvendo desde a participação em espaços institucionais como os comitês e grupos de trabalho, até a articulação de fluxos intersetoriais, encaminhamentos, construção de estratégias integradas e discussões de caso. Nesse contexto, a DCM corrobora com os argumentos apresentados pela OS no sentido de que esse escopo de ações é fruto da consolidação de uma cultura de trabalho coletivo nas unidades do PMC, sustentada por práticas constantes de supervisão, troca metodológica e capacitação técnica.

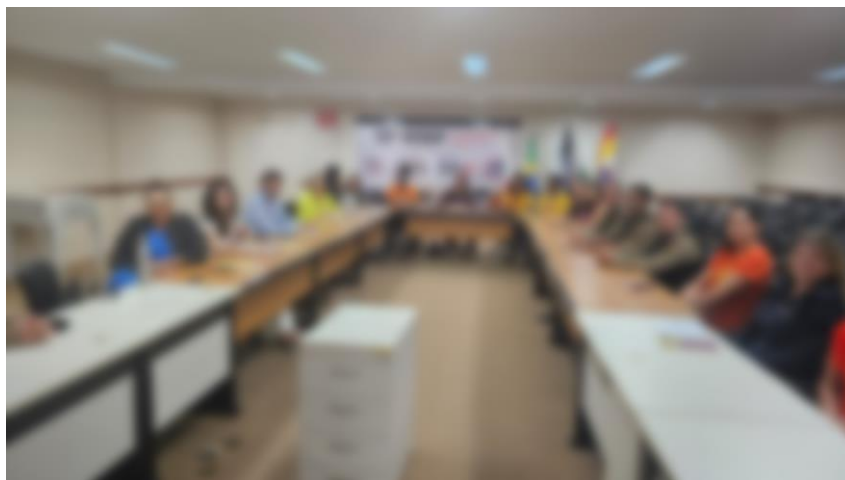
A DCM mantém o envio mensal de calendário temático às equipes técnicas, de modo a estimular a construção de agendas e ações nos territórios, favorecendo diálogos com as diversas redes. A apropriação dessas agendas pelas equipes permite a inserção do PMC em debates públicos amplos, fortalecendo sua legitimidade como política de prevenção à violência e ampliando a potência das articulações locais. A “Blitz da Proteção”, promovida pela equipe da UPC Primeiro de Maio/BH, exemplificado pela OS, em parceria com a rede de assistência social, é exemplo de uma prática sensível ao território, articulada e voltada à promoção de uma cultura de enfrentamento às violências.

Além disso, a DCM reforça o crescimento de espaços de discussão de casos com a rede de proteção social. Esses encontros têm se consolidado como momentos estratégicos de escuta qualificada, compartilhamento de responsabilidades e construção de respostas integradas aos fenômenos de violência, garantindo maior efetividade nos atendimentos e acesso real a direitos por parte da população acompanhada.

Destaca-se o fato de que a maior parte das ações registradas neste indicador está concentrada na construção de fluxos, no alinhamento institucional e na articulação de estratégias de intervenção voltadas para fenômenos de violência e criminalidade junto à rede de proteção social, totalizando 1.923 ações. Esse número supera, inclusive, a soma das discussões de caso (813) e dos encaminhamentos realizados pelo Programa (840). Nesse sentido, **recomenda-se o monitoramento dos registros de maneira contínua, a fim de garantir a qualidade das informações prestadas e dos registros de ações de rede em seu instrumento, visto que os registros dos encaminhamentos e discussões de casos são realizados em ficha de atendimento, já os outros dois eixos que compõem o indicador precisam ter o registro em ata, quando não tratarem diretamente de um caso específico em acompanhamento.**

A DCM corrobora com os pontos apresentados pela OS no que tange a prática do trabalho em rede e destaca a capacidade das equipes do PMC em articular redes mistas, o que é essencial para a assertividade das ações. Evidencia-se, por exemplo, a reunião realizada pela UPC Santos Reis, em Montes Claros, com a participação do Ministério Público, Delegacia da Mulher, CT, CREAS, CRAS, CRDH, GEPAR e PPVD para discutir

sobre os casos de exploração sexual em um dos territórios de atuação, sendo uma ação extremamente importante para traçar estratégias intersetoriais articuladas entre todas as instituições envolvidas.



UPC Santos Reis/Montes Claros em Reunião de Rede

Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
3.080	3.318	107,73%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
8.855	8.918	100,71%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
57.945	64.546	111,39%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
316	354	112,03%

A Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude (DPJU) valida os elementos apresentados pela OS no RGR e destaca que o segundo trimestre de 2025 foi marcado pela consolidação de estratégias integradas e pela intensificação das iniciativas voltadas à promoção da proteção social e da segurança cidadã nos territórios abrangidos pela atuação da política.

As atividades desenvolvidas neste período refletem a dedicação dos profissionais da Supec e do Instituto Elo no acompanhamento das equipes e a efetividade das diretrizes estabelecidas, contribuindo para o alinhamento dos processos internos com a cultura institucional, resultando em maior engajamento dos profissionais e melhor desempenho dos indicadores. **Recomenda-se a OS que ao mencionar a discussão do**

eixo de Intervenção Estratégica, constar a expressão “GIE Vida”, uma vez que existem outros GIE temáticos no estado que articulam com outros programas da prevenção.



O período em análise foi marcado por um significativo processo de **revisão do Marco Lógico do Programa Fica Vivo!** junto à Fundação João Pinheiro; pela **revisão do “Guia de Orientações para a Execução do Trabalho”** junto ao GT de Revisão Metodológica, composto pela diretoria do Fica Vivo!, supervisão, representantes da gestão social de base territorial, analistas e oficinairos do Fica Vivo de UPCs de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Interior; e pela **revisão dos atuais indicadores do programa e construção do indicador de resultado**.

O Departamento de Gestão de Oficinas do Instituto Elo foi incentivado a revisar os instrumentais e ajustar alguns procedimentos, tendo neste período avaliatório proposto um **novo formulário de oficinas** ao programa Fica Vivo. Este processo de múltiplas revisões, bem como a proposta de um novo indicador, demonstra um esforço contínuo de adaptação e alinhamento às demandas sociais e aos objetivos de gestão por resultados. A conclusão deste processo, previsto para o próximo trimestre, promoverá avanços no arcabouço metodológico do programa e no refinamento do seu monitoramento.

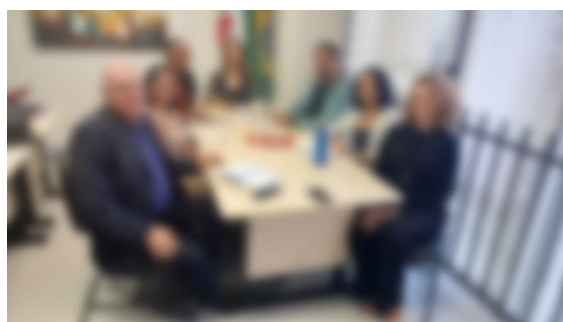
No que diz respeito as metas, observa-se a superação das mesmas que é uma evidência do esforço conjunto da parceria entre o Instituto Elo e a Supec. Entregas relevantes como a inauguração da UPC do Estrela Dalva em Contagem e a conclusão da execução de Projetos de Prevenção, somados ao empenho da Supec para a ampliação de parcerias e oportunidades de **profissionalização e empregabilidade** para o público jovem, sublinham a capacidade de execução e o compromisso com a inovação na Política de Prevenção.

No que tange ao acompanhamento dos dados do programa, a diretoria do Fica Vivo! alinhou com a Supervisão da Prevenção o monitoramento do ranking de homicídios e das metas por UPC, pactuando a construção de um plano de ação com medidas corretivas para as unidades que demandam melhora no desempenho. Neste processo, o teto de oficinas das unidades foi revisado e atualizado para atender a demanda de implantação de oficinas em alguns territórios e facilitar o alcance global da meta de oficinas ativas no programa.

Neste período avaliatório, permaneceu o investimento desta diretoria no alinhamento estratégico e articulação interinstitucional, sobretudo em agendas que pautam as adolescências e juventudes, como por exemplo o Conselho Estadual da Juventude (CEJUVE), Conselho Estadual de Direitos das Crianças e Adolescentes (CEDCA) e o Conselho Gestor do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte (Conges PPCAAM).

Outra agenda estratégica é o Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte (Fórum MSE). O Fórum é um espaço de discussão e controle social criado para acompanhar a

execução do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte, seus desdobramentos, demandas e impactos sociais. O Fórum busca promover ações e articulações que favoreçam uma política de atendimento humana, transparente e eficiente. Organiza-se por meio de comissões temáticas e reuniões plenárias periódicas. A diretoria do programa Fica Vivo! coordena a Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens e, participa da escrita do **capítulo sobre A Violência Letal contra Adolescentes e Jovens e o Sistema Socioeducativo**. O texto compõe o **Relatório Estatístico da Vara Infracional da Infância e da Juventude do CIA BH** e é uma publicação anual com dados sobre os adolescentes em conflito com a lei em BH. O relatório é uma importante produção que contribui para o desenvolvimento de ações de prevenção a violência e promoção a vida de adolescentes e jovens. Este ano a publicação e divulgação do relatório está previsto para ocorrer no mês de julho e **recomenda-se que todos os profissionais façam a leitura dele**. Além disso, esse ano, esta DPJU incentivou a gestão de base territorial de Belo Horizonte a participar de outras comissões e plenárias do Fórum Socioeducativo de Belo Horizonte, uma vez que este é um espaço potente da rede de proteção e garantia de direitos de adolescentes e jovens.



No que se refere ao **indicador 2.1**, durante o 26º período avaliativo, o Programa Fica Vivo! realizou, em média, 3.318 encontros de oficinas por mês, superando a meta de 3.080 encontros. O resultado expressa o fortalecimento da modalidade de oficinas como principal estratégia de aproximação com o público prioritário.

As equipes investiram na reestruturação de oficinas existentes e na readequação de projetos, considerando as demandas apresentadas pelas juventudes. Em diálogo com a gestão social e a Supervisão da Prevenção, foram adotadas práticas que alinham as oficinas às especificidades dos territórios, buscando ampliar a escuta, a participação e o protagonismo das juventudes.

Além da ampliação quantitativa, observa-se um esforço qualitativo das oficinas em integrar conteúdos que tratam de temas como identidade, pertencimento, cultura, cidadania e resolução de conflitos. O desempenho positivo neste indicador também está relacionado à ampliação da atuação do Programa em territórios como Estrela Dalva, onde mesmo com oficinas recém-iniciadas já se observa a mobilização e engajamento. Permanece a orientação para a OS **discutir as estratégias adotadas pelas equipes e identificar os desafios a serem superados para o alcance das metas em territórios com resultados aquém do esperado. As equipes deverão construir estratégias para fortalecer a organização dosicineiros e o alinhamento das ações com as demandas das juventudes.**

Em relação ao homicídio de um jovem atendido do Carapina, vitimado em fevereiro no espaço da oficina do Fica Vivo!, mencionado pela OS no RGE, há época vários encaminhamentos foram alinhados entre Supsec e IELO, tendo esta DPJU oferecido o suporte para a execução do trabalho no município, sobretudo, em relação ao posicionamento institucional para a rede parceira. Esta unidade, pouco tempo depois, vivenciou o falecimento de um antigo oficineiro do programa, revelando a necessidade de **construção de protocolos sobre luto**, abrangendo o apoio aos profissionais, às famílias e honras fúnebres aos falecidos.

Nesse sentido, **permanece a orientação para a OS criar fluxos para informar aos profissionais da política como proceder em casos de gravidez, adoecimento, acidente e morte do público, oficineiros e equipe técnica da política de prevenção.** Tais fluxos devem indicar, de forma clara, os documentos necessários e os prazos para envio ao Instituto Elo, a fim de viabilizar as providências cabíveis em cada situação. Tais informações devem ser elaboradas, disponibilizadas para inclusão no Guia dos programas e as equipes treinadas quanto aos procedimentos adotados.

No que tange ao **indicador 2.2**, o Programa Fica Vivo! Alcançou a média mensal de 8.918 jovens participantes nas oficinas, superando a meta de 8.855 jovens. Este resultado demonstra a consolidação das oficinas como espaços estratégicos de fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de habilidades e ampliação do repertório cultural e de proteção das juventudes atendidas.

O desempenho positivo está relacionado à atuação qualificada dos oficineiros, que vêm ampliando metodologias participativas e sensíveis às realidades dos territórios. A construção de vínculos com os jovens tem se demonstrado essencial para a permanência no Programa e para o engajamento em atividades de formação, criação artística, debates sobre direitos, cidadania e enfrentamento às violências.

Outro fator que contribuiu para o alcance da meta foi o esforço das equipes em manter a continuidade das oficinas mesmo frente aos desafios cotidianos das áreas de abrangência, como a instabilidade territorial e o impacto das dinâmicas da criminalidade. A manutenção da escuta ativa e da leitura atenta das realidades locais segue como eixo estruturante para a efetividade dessa estratégia.

Permanece a orientação para a OS **discutir o impacto da dinâmica social das violências e criminalidade na participação dos jovens nas oficinas; avaliar as estratégias de ampliação de atendimentos e a importância da promoção do acesso e permanência dos jovens nos espaços de oficinas, considerando as especificidades dos territórios e as demandas das juventudes; e sugerir estratégias para fortalecer o compromisso dos oficineiros e promover a participação ativa dos jovens nas oficinas.**

Já o **indicador 2.3**, o Programa realizou 64.546 atendimentos acumulados, ultrapassando de forma expressiva a meta estabelecida de 57.945. O número reafirma a centralidade dos atendimentos enquanto ferramenta de escuta qualificada, acolhimento e fortalecimento de trajetórias juvenis marcadas por violências, violações e disputas territoriais. A elevação do número de atendimentos reflete o fortalecimento da articulação entre as frentes do programa, onde as equipes têm demonstrado qualificação, integrando o olhar técnico com as demandas das juventudes atendidas.

Também se destaca a atuação em novos territórios, como o Estrela Dalva, onde já se iniciaram os primeiros acompanhamentos. Além disso, o acompanhamento contínuo da gestão e da Supervisão da Prevenção tem contribuído para maior uniformidade e qualidade na execução das frentes de atendimentos, mesmo diante dos desafios enfrentados nos contextos locais. **Permanece a orientação para a OS discutir a importância do investimento, comprometimento e qualificação das intervenções e do acompanhamento das equipes técnicas, visando otimizar os resultados das UPCs e fortalecer a vinculação entre a equipe técnica e o público.**

Para favorecer a melhoria da performance deste indicador, a diretoria do Programa Fica Vivo investiu no **fortalecimento e ampliação de parcerias institucionais.** Este período foi marcado pela visita técnica das equipes no Senai Cedetem, como estratégia de qualificação do processo de matrícula de 40 jovens atendidos na região metropolitana de Belo Horizonte que serão contratados como aprendizes durante a profissionalização teórico-prática nos cursos de Marcenaria e Instalação e Reparação de Rede de Computadores por meio da celebração do **Termo de Cooperação Técnica Fica Vivo/Senai/Copasa.**

Noutro norte, por meio do **Acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional do Programa Descubra,** o Fica Vivo avança na promoção do acesso de adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade a programas de aprendizagem e cursos de qualificação profissional. Desde novembro de 2024, os jovens atendidos pelas unidades de **Belo Horizonte** são inseridos em **oportunidades de trabalho digno e protegido.**

Neste período, foi iniciado o processo de interiorização do Descubra, contemplando as unidades de **Governador Valadares**.

A parceria com o SESC tem se ampliado com o objetivo comum de promover o bem-estar e a qualidade de vida da juventude e da comunidade através de atividades culturais, esportivas, de lazer, saúde e educação. O público atendido de diversas unidades participou das iniciativas voltadas para o desenvolvimento integral dos jovens. Dentre os destaques estão o **Sesc Itinerante, Sesc Criativo, Ações Socioeducativas do Sesc e a Semana S**.

A parceria com o **Cine Desembola-Viravolta** também proporcionou que jovens de oito unidades vivenciassem a circulação pela cidade para encontros potentes com o audiovisual no Centro de Referência das Juventudes, fortalecendo o repertório crítico e criativo das juventudes. As exposições e rodas de conversa abriram espaço para que as equipes e jovens compartilhassem vivências, refletissem sobre seus contextos e se reconhecessem enquanto produtores de narrativas.

Iniciou-se ainda o processo de formalização de uma parceria com o Centro de Formação de Aprendiz e Trabalhadores (CEFORT), instituição voltada à qualificação profissional e inclusão de jovens no mundo do trabalho, especialmente por meio de programas de aprendizagem e cursos gratuitos. Com atuação consolidada em Minas Gerais, o CEFORT oferece formações nas áreas de assistente administrativo, comércio, produção, costura industrial, cuidador de idosos, entre outras, atendendo principalmente jovens entre 14 e 24 anos. A parceria será formalizada por meio de um **Termo de Cooperação Técnica e contemplará as unidades dos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Betim**. Estão previstas ações como a realização de workshops de pré-aprendizagem nos territórios, com rodas de conversa sobre o mundo do trabalho e orientações para participação em processos seletivos (incluindo dicas para entrevistas de emprego), além do compartilhamento de cursos e vagas de aprendizagem e emprego nas áreas citadas. A parceria tem como objetivo ampliar as oportunidades de inserção produtiva para o público jovem atendido pelo programa, fortalecendo a articulação com o sistema de proteção social e o acesso a direitos.

Com o objetivo de sistematizar e qualificar o processo de indicação de adolescentes e jovens atendidos pelo programa, as oportunidades de profissionalização e empregabilidade foram criadas por meio de um banco de dados técnico e ético. A ferramenta, que terá seu lançamento no mês de julho/agosto, buscará alinhar os encaminhamentos às diretrizes de proteção social do programa, assegurando que as vagas sejam ofertadas de forma coerente com o acompanhamento individual e com as realidades dos territórios. Mais do que responder a demandas externas, a proposta reforça a empregabilidade como um direito social e uma estratégia potente quando articulada de forma cuidadosa e crítica. O banco surge, assim, enquanto um instrumento que fortalece o encaminhamento qualificado, amplia perspectivas e reafirma o compromisso do programa com uma atuação responsável e integrada junto às juventudes em situação de vulnerabilidade.

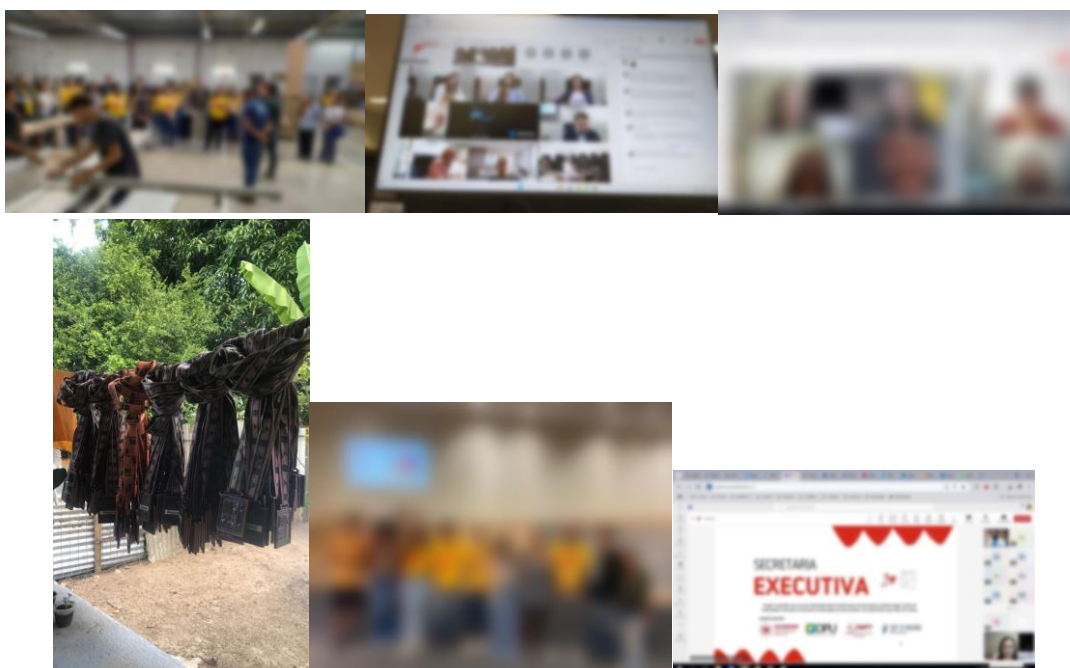
Nos últimos meses, encontra-se em processo de retomada o fluxo de acolhimento de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) nas oficinas do Programa. Essa reinserção, que vinha ocorrendo de forma pontual e excepcional, está sendo reestruturada de forma pactuada, tendo o município de Betim como referência inicial para essa retomada, promovendo um levantamento detalhado sobre os jovens já contemplados em caráter excepcional, bem como sobre as unidades e territórios, com o objetivo de construir um fluxo organizado e articulado com o sistema de justiça e a rede de proteção. Essa retomada é de extrema importância, pois reforça o compromisso do programa com a responsabilização juvenil de forma educativa, com foco na reconstrução de vínculos, na ampliação de oportunidades e na prevenção de reincidências.

No mês de junho, iniciaram-se as tratativas junto ao **Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CAO-VD) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)** para a realização da **campanha Cartão Vermelho ao Femicídio** em espaços

esportivos desenvolvidos pelo Fica Vivo!. A campanha tem como objetivo sensibilizar toda a sociedade sobre a importância das relações igualitárias, da vivência saudável e não violenta da masculinidade, além de reforçar a responsabilidade coletiva no enfrentamento à violência contra a mulher e ao feminicídio. A metodologia inclui palestras informativas, dinâmicas interativas, apresentação de vídeos de atletas do juvenil e profissional de diversos esportes que colaboram com a conscientização da causa e a distribuição de materiais informativos sobre as violências de gênero. A expectativa é que a iniciativa colabore com a **prevenção à violência contra as meninas e mulheres das comunidades atendidas pela política de prevenção.**

O Programa participou do Lançamento do **PlayMinas**, um projeto que integra esporte, educação, tecnologia, cultura e empreendedorismo por meio da gamificação. O Play Minas é uma iniciativa do Governo de Minas Gerais, CODEMGE, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)/Subsecretaria de Esportes do Estado de Minas Gerais (SUBESP) e Instituto Novare. Dividido em 12 etapas, o PlayMinas reunirá ações presenciais e digitais voltadas a estudantes, educadores, empreendedores e profissionais da indústria criativa e tecnológica, além de entusiastas da cultura gamer e de metodologias educacionais inovadoras. Com previsão de execução em março de 2026, **o município de Betim será contemplado** com diversas atrações, como robótica, realidade virtual, hackathon, campeonato amador de eSports e concursos culturais voltados para a juventude. O encerramento do ciclo acontecerá em abril de 2026 com o **Game Fest Minas**, realizado no Expominas, em Belo Horizonte. A participação do público atendido pelo Fica Vivo! neste projeto que fomenta a inclusão digital e a economia criativa, e valoriza os games como ferramentas de transformação social, promoverá uma forma envolvente e divertida de apresentar oportunidades às juventudes.

O Programa também anunciou a **disponibilização de medalhas e troféus** utilizados em edições anteriores de campeonatos e torneios com o objetivo de **reaproveitar materiais remanescentes, promover economia de recursos e a valorização das ações desenvolvidas nas unidades.** A iniciativa busca apresentar mais uma possibilidade de premiação para os adolescentes e jovens que acessam o espaço de oficina e participam dos projetos de prevenção, reconhecendo seus esforços e incentivando sua participação nas atividades.



Por fim, no que se refere ao **indicador 2.4**, destaca-se os esforços empregados para a manutenção e qualificação das ações de Intervenção Estratégica que contribuíram para a superação da meta, precipuamente a retomada das articulações da SUPEC com a Polícia Militar de Minas Gerais para as tratativas da assinatura e publicação da Resolução Conjunta 160, que dispõe sobre as ações conjuntas entre as Unidades de base territorial e o GEPAR – Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco.

Dando continuidade às articulações com o Ministério Público, realizamos reunião com a coordenação estadual do GAECO – Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado para o alinhamento em relação a Resolução Integrada do GIE Vida e do Sistema Vida. Ressalta-se que o **Sistema Vida** está sendo construído internamente com o apoio da SUINT – Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada da Sejusp para oferecer maior segurança e robustez aos dados sensíveis do GIE Vida de Belo Horizonte, RMBH e Interior, bem como contribuir com as forças de segurança e sistema de justiça com informações mais céleres para a tomada de decisões que intervêm na prevenção à criminalidade em especial no controle de homicídios dos territórios atendidos.

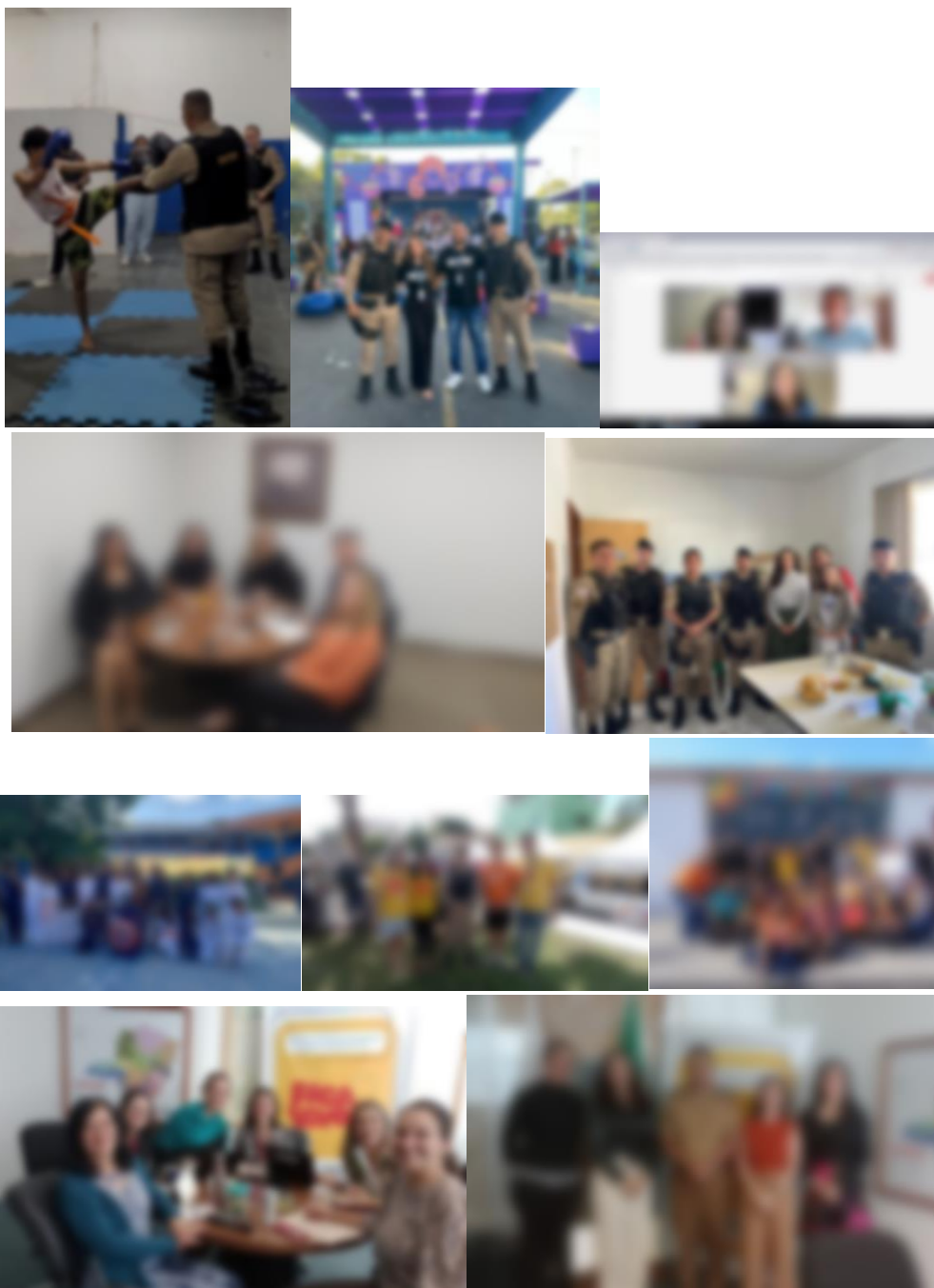
Ademais, a Polícia Militar de Minas Gerais completou em 09 de junho do corrente ano, 250 anos. E em comemoração ao aniversário, a instituição realizou junto às comunidades diversos eventos, aqui denominados **ACISO** - Ação Cívico Social. Dentre as comunidades contempladas estão a Pedreira Prado Lopes, Morro das Pedras, Taquaril, Santa Lúcia e Serra em Belo Horizonte, Estrela Dalva em Contagem e Veneza em Ribeirão das Neves.

Em alinhamento e integração entre os programas da Supec, foi construído a participação dos representantes (diretor, coordenador, supervisão da prevenção, gestão social) nos espaços do GIE Vida de Belo Horizonte, para conhecimento da metodologia da reunião, da dinâmica dos territórios e dos atores que compõem o grupo, para verificarem pontos de intercessão em relação a esta atividade e as metodologias dos demais programas e contribuir com ações integradas.

Para melhor **alinhamento entre o trabalho das UPC's e o GEPAR**, foram realizadas discussões sobre a coincidência da área de abrangência. Os territórios que foram contemplados com este alinhamento foram Justinópolis e Rosaneves em Ribeirão das Neves, bem como Jardim Felicidade e Ribeiro de Abreu em Belo Horizonte. Para além disso, frente à preocupação em relação ao **aumento dos homicídios consumados e possíveis interferências de Organizações Criminosas (CV e PCC)**, especificamente nos territórios de Morro das Pedras, Taquaril e Santa Lúcia, foi realizada uma reunião entre a Supec e o comando do Batalhão para discussão e alinhamento das **estratégias de intervenções em face da alteração da dinâmica nestes territórios**.

Conforme diretriz da Supec e do Instituto Elo em relação a **transição das reuniões preparatórias do GIE Vida da Gerência de Intervenção Estratégica para a Supervisão da Prevenção**, foi construído um cronograma para que esta atividade seja transferida de forma cuidadosa e mantenha a qualidade na atuação final que é a apresentação da Gestão Social nos espaços do GIE Vida. Iniciou-se com o alinhamento entre a Gerência de Intervenção Estratégica da Supec e o Subgerente do Instituto Elo no mês de maio, passando para as formações da Supervisão do Fica Vivo e PMC e as demais atividades a serem realizadas no segundo semestre.

O alinhamento entre as atividades dos dois eixos é uma forma de fortalecer a essência do programa, ou seja, para qual objetivo foi criado. Diante disso, a UPC Veneza em Ribeirão das Neves construiu uma visita do GEPAR na “oficina de kickboxing”, momento em que os Policiais do Grupamento tiveram a oportunidade de conhecer o espaço da oficina, o público atendido, o oficineiro, a modalidade desenvolvida e apresentar o trabalho do GEPAR para os adolescentes e jovens. Desta forma materializa-se a **complementariedade dos eixos da Proteção Social e a Intervenção Estratégica**.



Área Temática 3 – Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
-	-	-

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
-	-	-

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
-	-	-

-	-	-
---	---	---

Conforme justificado em relatórios anteriores, a gestão do Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação em Minas Gerais - Se Liga migrou a execução da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (Supec) para a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase) em abril/2025, deixando então de ser um programa gerido pela pasta da Prevenção à Criminalidade

Assim sendo, referido programa será oportunamente subtraído do rol do Programa de Trabalho do Contrato de Gestão após a celebração do X Termo Aditivo.

Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
45.360	47.217	104,09%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
75%	72,9%	97,20%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
3.240	3.054	94,26%

Indicador 4.4 Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
18%	5,5%	327,27%

Preliminarmente, cabe contextualizar que um dos principais desafios a serem considerados para a plena execução das atividades do Programa CEAPA, neste período avaliatório, refere-se à recente alteração na estrutura da Diretoria de Alternativas Penais (DAL). No mês de maio, ocorreram mudanças significativas na gestão do Programa, com a saída tanto da gerência quanto da diretora. Como consequência, as atribuições dessas funções passaram a ser temporariamente absorvidas diretamente pela Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade (SPSC). Ressalta-se ainda que essa Diretoria também é responsável pelo desenvolvimento metodológico e institucional do Serviço APEC e que a nova gerente do serviço só tomou posse no Estado na primeira quinzena de junho, demandando ainda mais do acompanhamento via Superintendência.

A título de exemplificação, com a ausência da equipe da diretoria (diretor e gerente da Ceapa), as funções estratégicas que são de responsabilidade desses atores ficaram acumuladas na Superintendência, sendo elas: coordenar as ações desenvolvidas pelo programa CEAPA; articular, em âmbito técnico, com o sistema de Justiça Criminal e Rede de instituições nos municípios de atuação do Programa CEAPA; dar suporte aos gestores na construção e articulação da rede de proteção social e no âmbito do Sistema de Justiça; definir as diretrizes metodológicas para a construção de projetos de execução de alternativas penais especializados para determinados delitos; orientar e capacitar Supervisores da prevenção, Gestores Sociais e equipes

técnicas; dar diretrizes e orientar os Gestores Sociais quanto ao planejamento anual do programa CEAPA; acompanhar junto à gestão social, à supervisão metodológica e equipes técnicas o tratamento dos casos que demandam apoio da Diretoria; acompanhar o planejamento das Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPC's) monitorando a execução das ações propostas; elaborar e acompanhar os indicadores e metas do Programa Ceapa, junto a coordenação de políticas Penais e Assessoria de Gestão da Informação.

Trabalhando na perspectiva de redução de danos, a Superintendência intensificou o acompanhamento junto à Supervisão da Prevenção da OS, que de maneira responsável e célere, demonstrou muita abertura e comprometimento para compartilhamento do trabalho, indicação dos desafios e definição das estratégias adotadas para mitigação dos problemas.

No âmbito do processo de auditoria que está sendo realizado no Programa CEAPA (Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - Unidade de Prevenção à Criminalidade de Belo Horizonte), destaca-se a execução de diversas ações no segundo trimestre de 2025, conforme cronograma pactuado no Plano de Ação.

Atendendo à solicitação da Controladoria Geral do Estado (CGE), foram encaminhadas, pela Supec, em 03 de abril de 2025, evidências das ações 3.2 e 3.3, que tratam respectivamente do monitoramento contínuo dos processos de trabalho das equipes e da realização de capacitações técnicas para nivelamento e orientação sobre o preenchimento de instrumentais, especialmente quanto à evolução dos casos nos formulários do Programa. Na mesma data, também foram enviados elementos comprobatórios da Ação 1.2, referente ao desenvolvimento do Sistema Integrado de Informações da Política de Prevenção à Criminalidade.

Em 04 de junho de 2025, no que tange à recomendação 3.2, foi encaminhado o Relatório de Checagem Amostral do Programa CEAPA – Belo Horizonte, cuja análise demonstra esforços contínuos de qualificação dos registros não apenas do Indicador 4.2, mas de todos os outros indicadores e informações que são aportadas no Programa. No dia 27 de junho, em atenção às Ações 4.3 e 5.2, que preveem a revisão dos textos dos indicadores e da metodologia de pactuação de metas por unidade, foi enviado o Documento nº 117099030 com as alterações propostas, conforme análise da Comissão de Revisão de Indicadores designada pelo Plano de Ação. É importante salientar que um dos elementos de medida pactuados é a publicação de novo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, incorporando as revisões realizadas. A Supec informou à CGE, na oportunidade, que o referido documento se encontra em construção, com previsão de tramitação e publicação até outubro de 2025.

Destaca-se ainda, as articulações, realizadas pela Superintendência, junto ao Poder Judiciário visando o fortalecimento da parceria com o Sistema de Justiça. No dia 04/06, a Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade conduziu reunião junto a representantes da Justiça Federal e do Programa CEAPA para discutir a implementação da Resolução CNJ nº 558 no âmbito do TRF6. A juíza do TRF contextualizou a criação do tribunal e destacou a necessidade de uniformização dos procedimentos relacionados à gestão da prestação de serviços à comunidade e da pena pecuniária, propondo renovação de acordos com a CEAPA e maior institucionalização dos fluxos com transparência e *accountability*. Os representantes da CEAPA esclareceram os limites operacionais, metodológicos e estruturais do órgão, destacando os desafios para atender às exigências do CNJ, sobretudo nas regiões sem alternativas penais estruturadas. Por isso, foi ressaltada a importância da atuação articulada entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo Municipal. A reunião foi encerrada com o compromisso de que a minuta de regulamentação será encaminhada ao CNJ para avaliação jurídica e posterior comunicação aos parceiros.

No que se refere aos indicadores, a Supec corrobora com as análises apresentadas pela OS quanto ao **indicador 4.1** acrescentando, entretanto, algumas observações. Uma que merece atenção refere-se ao município de Curvelo, que conforme já sinalizado no RGR, tem enfrentado dificuldades significativas na porta de entrada do Programa CEAPA, tratando-se de um desafio de caráter histórico. Apesar dos diversos esforços

empreendidos, com o intuito de sensibilizar o Poder Judiciário local quanto à importância e ao papel da CEAPA, os avanços têm sido limitados. Foram realizadas reuniões com a Supervisão da Prevenção, nas quais foram discutidas as diversas intervenções já adotadas pela gestão no município, bem como as barreiras persistentes no diálogo com o Judiciário, dificuldades essas que remontam à própria implantação do Projeto FUNEMP em Curvelo.

Nesse contexto, há indicativos de uma possível mudança na Vara de Execução Criminal, o que pode representar uma abertura para o fortalecimento dos encaminhamentos ao Programa. Contudo, considerando a incerteza do cenário e os esforços contínuos e dedicados da equipe local para reverter uma realidade sobre a qual a política de prevenção tem limitada governabilidade, **recomenda-se à OS a elaboração de um breve diagnóstico. Esse documento deve considerar os resultados obtidos desde a implantação do programa até o momento atual, com destaque para os avanços alcançados, especialmente no que se refere ao indicador de atendimento.**

Tal diagnóstico permitirá uma avaliação mais precisa quanto à viabilidade técnica e política da permanência do Programa Ceapa no município de Curvelo, oferecendo subsídios para decisões estratégicas que contemplem tanto os desafios estruturais quanto o compromisso com a qualificação da política pública.

Já o **indicador 4.2** demanda um olhar específico por parte das equipes técnicas e da gestão do programa. Trata-se, possivelmente, do único indicador do Ceapa que se aproxima de uma métrica de resultados, refletindo, ainda que parcialmente, o impacto concreto da política pública na vida dos indivíduos e na dinâmica da justiça criminal. Por isso, sua análise demanda um acompanhamento sistemático, sensível e qualificado.

O cumprimento da alternativa penal não depende exclusivamente da pessoa em cumprimento. É um processo que exige atuação coordenada entre diferentes frentes: o acompanhamento próximo dos cumpridores por parte das equipes técnicas, a articulação e disponibilidade da rede parceira/entidades para absorver as demandas e, sobretudo, a agilidade da equipe no acolhimento e início do cumprimento da medida. Quanto menor o tempo entre o encaminhamento da alternativa penal e o início efetivo de sua execução, maior a chance de adesão, engajamento e sucesso no percurso do cumprimento da ordem judicial.

Diante disso, destaca-se a importância de estratégias que têm sido incentivadas pela Supervisão da Prevenção, como a adoção da modalidade de execução de **grupos abertos de responsabilização**. Essa metodologia tem se mostrado uma ferramenta potente na ampliação da capacidade de atendimento e no fortalecimento do vínculo entre os usuários e as equipes. Por essa razão, **recomenda-se que os próximos relatórios tragam um olhar mais aprofundado sobre os desafios enfrentados pelos municípios na implementação dessa modalidade, identificando tanto os entraves operacionais quanto os aspectos que limitam a adesão local.**

O aprimoramento contínuo desse indicador não apenas qualifica o monitoramento da política como também fortalece o compromisso com uma justiça mais ágil, restaurativa e centrada na responsabilização sem ruptura de vínculos sociais. É fundamental, portanto, que esse dado seja tratado como central nos processos avaliativos do Programa Ceapa.

No que se refere ao **indicador 4.3**, embora a Supervisão da Prevenção tenha empreendido esforços contínuos no sentido de orientar e capacitar as equipes sobre essa temática, têm sido observadas dificuldades, especialmente relacionadas à organização do trabalho nas Unidades.

Diante desse cenário, **torna-se necessário um posicionamento mais incisivo da OS junto às UPC's que não têm alcançado as metas individuais pactuadas.** Isso porque grande parte das justificativas apresentadas pelas equipes está diretamente ligada à forma como o trabalho interno vem sendo organizado, além de revelar, em muitos casos, a ausência de prioridade conferida a essa atividade, que na verdade, estratégica para o pleno desenvolvimento do Programa.

Considerando que os gestores ocupam um papel fundamental na condução da metodologia e na estruturação das atividades internas, é essencial compreender quais têm sido os entraves enfrentados por alguns desses atores para acolher e implementar as orientações já emitidas pela Supervisão da Prevenção. É importante frisar que a observância dessas diretrizes não é facultativa: trata-se de uma atribuição inerente à função de gestão no âmbito da CEAPA.

Portanto, a escuta atenta e o acompanhamento próximo desses gestores se mostram fundamentais para qualificar a execução e assegurar que os princípios metodológicos do programa sejam efetivamente incorporados à prática cotidiana. A superação desses obstáculos é condição indispensável para que o programa alcance os resultados a que se propõe, com responsabilidade, compromisso e efetividade.

Por fim, no que tange ao **indicador 4.4**, apesar de se tratar de uma inovação no âmbito do Contrato de Gestão, este indicador representa um avanço significativo na qualificação da política pública, pois reflete o esforço coletivo em reduzir o tempo de espera entre o encaminhamento judicial e o início efetivo do cumprimento da alternativa penal. Ao fazer isso, contribui diretamente para ampliar as chances de adesão e de êxito por parte da pessoa em cumprimento.

Esse indicador traduz, em termos práticos, um princípio já previsto na metodologia do Programa CEAPA: o de que há um limite de tempo aceitável para que a pessoa aguarde o início da execução de sua medida ou pena alternativa. A demora nesse processo pode fragilizar o vínculo, comprometer o engajamento e, em última instância, a efetividade do programa.

Ainda que esteja em fase de experimentação, o indicador revela-se estratégico. Por isso, **torna-se imprescindível que as Unidades de Prevenção à Criminalidade organizem seu processo de trabalho de forma a garantir maior agilidade nessa etapa inicial**. A redução do tempo de espera não depende apenas de uma variável isolada, mas da capacidade de planejamento, mobilização da rede e prontidão das equipes técnicas. Diante disso, **recomenda-se que a OS identifique as UPCs que apresentam maior dificuldade no cumprimento deste indicador e elabore ações concretas e específicas para cada uma delas**. Essas ações devem considerar a realidade local, os recursos disponíveis e os ajustes necessários nos fluxos internos, de modo que esse compromisso metodológico possa ser efetivamente alcançado, sem perder de vista a centralidade da pessoa no processo de responsabilização e cuidado.

Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp

Indicador 5.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
12.384	12.214	98,63%

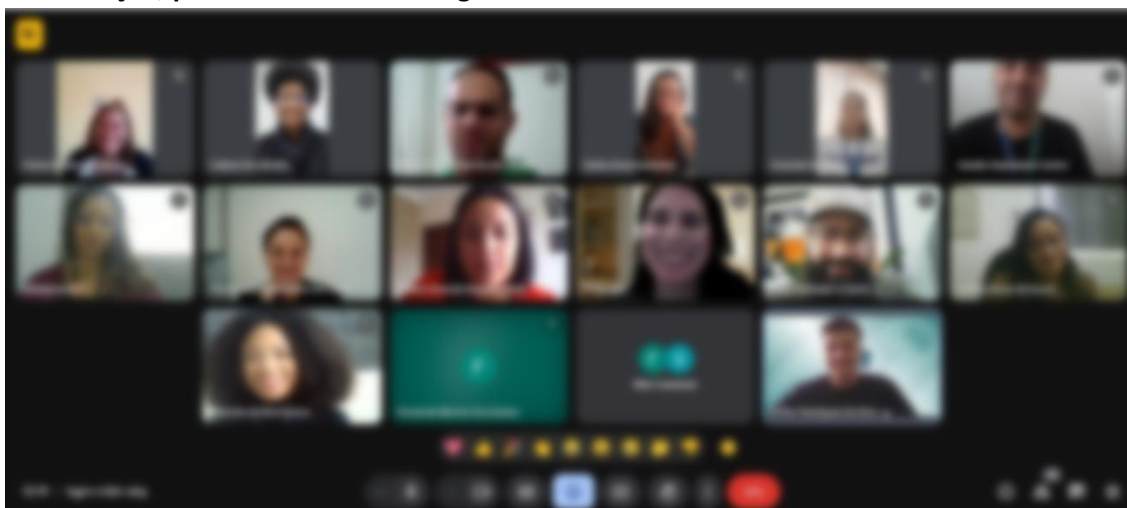
Indicador 5.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
80%	86,4%	108%

Indicador 5.3: Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
1.360	1.485	109,19%

A Diretoria de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional corrobora com a avaliação apresentada pela OS referente à execução do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

(PrEsp) durante o 26º Período Avaliatório. Inicialmente, é importante destacar elementos que marcaram o trabalho desenvolvido no período, como a qualificação e o nivelamento metodológico dos gestores sociais, as reuniões das comissões de indicadores e metodologia, bem como a participação da Supec nas discussões do Plano Estadual Pena Justa.

No que se refere à qualificação dos gestores sociais, os espaços de formação foram estruturados com o intuito de oferecer repertórios técnicos e metodológicos capazes de subsidiar o acompanhamento metodológico das equipes, especialmente diante das mudanças ocorridas na composição dos cargos da gestão social e supervisão. Nesse contexto, cabe enaltecer a atuação da OS na priorização dessas ações, conforme recomendado no último Relatório de Monitoramento, **sendo essencial que a OS continue assegurando a qualidade na aplicação da metodologia do Programa, garantindo que tais alterações não comprometam a qualidade do serviço prestado.** Considerando a complexidade metodológica do PrEsp, compreende-se que esse processo de qualificação deve ser contínuo, com novas temáticas já previstas para o segundo semestre. **Recomenda-se que a OS avalie os resultados das formações promovidas, analisando se os objetivos foram alcançados e planejando futuras capacitações que atendam às dimensões técnicas e gerenciais da função, para além da metodologia.**



14/05/2025 - Capacitação da Equipe de Gestão Social

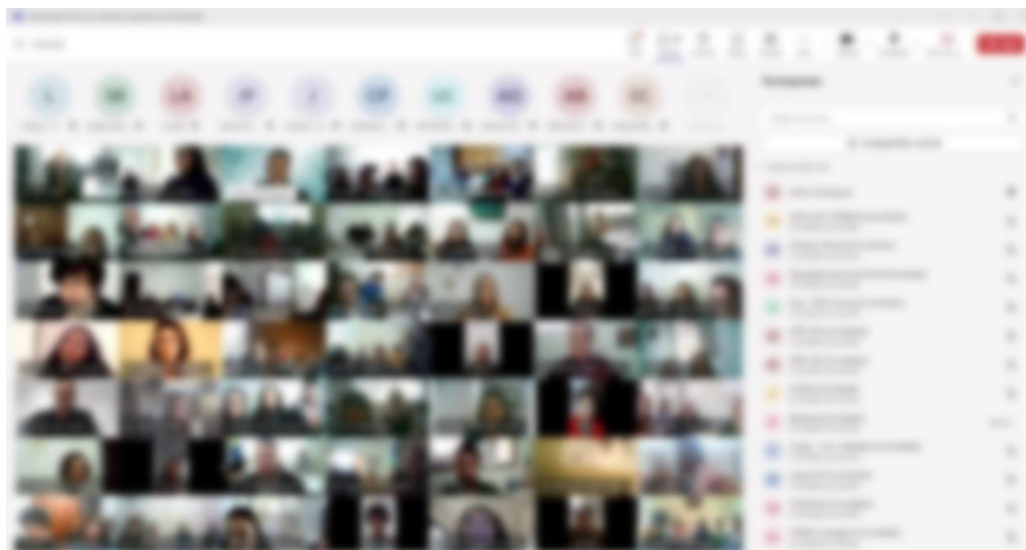
Quanto às comissões citadas pela OS no RGR (página 62), ressalta-se sua importância estratégica. A comissão de indicadores, composta por representantes da gestão social, analistas, estagiários, supervisão e diretoria, tem respondido às demandas da Supec na formulação de indicadores de impacto. Já a comissão metodológica visa revisar e aprofundar a metodologia do PrEsp, alinhando-a às diretrizes nacionais de serviços especializados, como as previstas na Resolução nº 307/2019 do CNJ, que trata da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas. Apesar de serem espaços de participação facultativa, destaca-se o engajamento qualificado dos profissionais da OS, o que evidencia a competência técnica das equipes do Programa.

Ademais, merece destaque a participação ativa da SPSC e da Diretoria do PrEsp nas discussões do Plano Estadual Pena Justa, especialmente no Eixo 3. As contribuições apresentadas refletem o acúmulo técnico de mais de duas décadas de atuação do Programa, tornando-se um importante ativo estratégico na elaboração e implementação qualificada das ações. A expectativa é de que, no próximo período, os debates do Pena Justa sejam ampliados junto às equipes da OS, e **orienta-se que estas se apropriem dos conteúdos e diretrizes, assegurando o alinhamento entre os contextos estadual e nacional e as ações executadas.**



24/06/2025 - 3º Encontro dos Comitês Estaduais e Distrital - Pena Justa

Outro destaque foi a entrega do Produto 4.1 – Pesquisa do Perfil das Mulheres Egressas do Sistema Prisional acompanhadas pelo PrEsp – que contribuirá significativamente para a leitura sobre o público feminino, permitindo o aprimoramento das estratégias de alcance e intervenção, considerando os desafios específicos desse público. No mesmo sentido, destaca-se a realização da Capacitação Integrada conduzida pela Supervisão de Prevenção, que promoveu o diálogo entre os profissionais da política sobre o público egresso, contribuindo para a identificação e o encaminhamento adequado dentro dos programas da política de prevenção.



18/06/2025 – Capacitação Integrada (APEC/Ceapa/Fica Vivo!/PMC)

No que se refere ao desempenho dos indicadores, observa-se que o PrEsp atingiu a maioria das metas pactuadas, com destaque para os indicadores 5.2 (108%) e 5.3 (109,19%). O **indicador 5.1** ficou ligeiramente abaixo da meta (98,63%), e sobre esse cabe apresentar algumas considerações desta Diretoria que serão descritas a seguir.

Especificamente sobre Governador Valadares, a OS apontou no RGR as ações de apresentação do PrEsp na rede territorial como uma de suas estratégias que vem sendo adotada para o alcance deste indicador. Esta Diretoria, em diálogo com a gestão social, identificou a necessidade de correção no

lançamento da forma de chegada do público à UPC, que vinha sendo contabilizada como "espontânea", mesmo em casos oriundos dessas ações de articulação em rede. Após a devida correção, espera-se que os dados reflitam de forma mais precisa o impacto das ações desenvolvidas, o que permitirá avaliações mais consistentes quanto à efetividade das estratégias adotadas. Tais ações de apresentação à rede têm se mostrado relevantes, especialmente no contexto de Governador Valadares, e **recomenda-se que a OS avalie seus resultados para identificar quais estratégias demandam readequações ou reforços. Para o próximo período avaliatório, é fundamental o avanço do diálogo com as unidades prisionais para viabilizar a implementação do Projeto Construindo Liberdade.**

Em Uberaba, permanece o desafio da não retomada das atividades grupais com pré-egressos nas unidades prisionais desde o final de 2024. A Diretoria reconhece as limitações estruturais e de mobilização do público na Unidade Prisional, bem como a influência da atuação da Vara de Execuções Penais que gera a significativa rotatividade do pré-egresso, mas **espera que a OS informe os avanços possíveis dentro desse contexto e apresente perspectivas concretas de retomada das atividades.** Destaca-se, por outro lado, a atuação qualificada do PrEsp nas discussões de caso do Projeto Humano e no referenciamento durante o processo de soltura.

Reitera-se que, conforme já apontado no planejamento de 2025, o Projeto Construindo Liberdade é uma meta para todos os municípios com unidades prisionais que atendem ao regime semiaberto. Assim, **a recomendação se estende a todas as unidades que ainda não implementaram o projeto.**

Nos municípios de Ipatinga, Betim e Uberlândia, observa-se o desafio de promover a continuidade do vínculo com o Programa por parte dos usuários que realizam atendimento apenas no mês de assinatura. Em alguns casos, constata-se o esvaziamento do acompanhamento nos meses subsequentes, o que evidencia a necessidade de elaboração de estratégias que incentivem o retorno e a permanência no atendimento, para além do cumprimento da condicionalidade judicial. **Nesse sentido, recomenda-se que a OS apresente quais serão as estratégias adotadas para enfrentar essa situação e garantir maior adesão ao acompanhamento.**

No aspecto geral, outro ponto relevante é a ausência de uma análise mais aprofundada acerca das novas inscrições no Programa. Ainda que haja expressiva mobilização por meio das apresentações institucionais, **é necessário que a OS demonstre os resultados concretos desses esforços, evidenciando a evolução do cenário de novas entradas e as estratégias previstas para viabilizar a continuidade da chegada do público.**

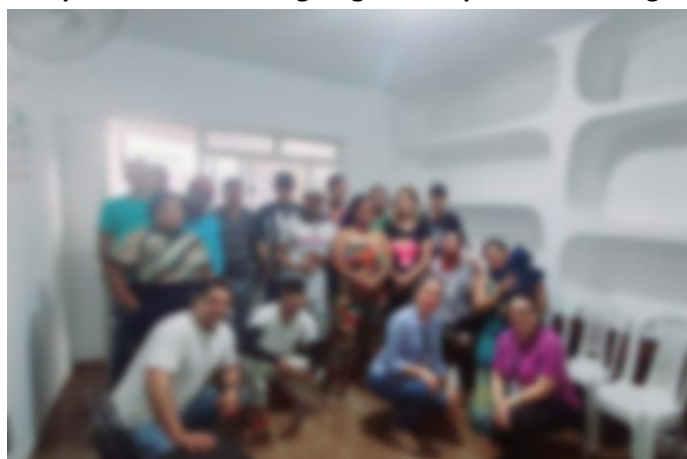
Quanto ao **indicador 5.2**, os resultados foram bastante positivos. A ênfase dada no RGR sobre o Plano de Acompanhamento do Egresso (PAE) e a organização sistemática da busca ativa, como tem se dado em Belo Horizonte, que revisitou a maioria dos casos sem atualização em 2025, são elementos que traduzem esse desempenho. Destacam-se ainda os grupos de acompanhamento realizados nas UPCs e as ofertas direcionadas às demandas apresentadas pelo público.

Em Ribeirão das Neves, ocorreu o encontro do grupo com egressos acompanhados e familiares, promovendo o fortalecimento de vínculos e a escuta qualificada sobre temas como emoções e relações familiares. Essa escuta ativa resultou em ações coerentes e participativas, com excelente adesão do público.



22/05/2025 – Grupo Reflexivo no PrEsp de Ribeirão das Neves

Cabe também mencionar, a execução dos grupos mensais no âmbito do Projeto Alvorada, recomendada por esta Diretoria, visando estreitar o diálogo do PrEsp com as instituições formadoras e garantir uma aproximação com a vivência profissionalizante. A adesão do público ao Projeto Alvorada tem sido um ponto de atenção, especialmente diante dos desafios relacionados à permanência e à desistência durante os cursos. **A OS deve priorizar essa entrega e garantir que a metodologia pactuada seja executada.**

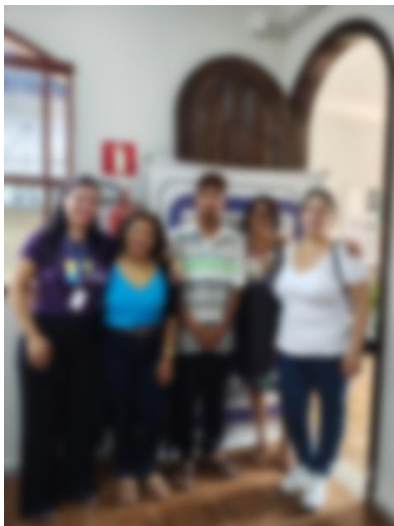


20/05/2025 – Grupo de Acompanhamento do Projeto Alvorada PrEsp de Montes Claros



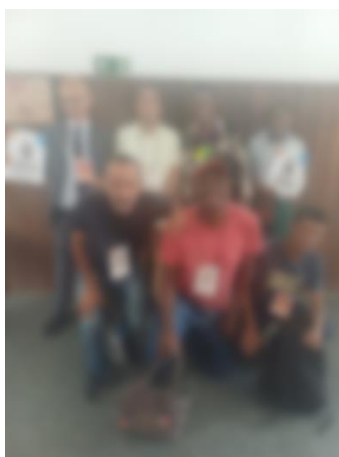
28/05/2025 – Grupo de Acompanhamento do Projeto Alvorada PrEsp de Uberlândia

Na perspectiva da educação básica, destaca-se a iniciativa do município de Ipatinga, que promoveu o Projeto “Educar, Reinserir e Prevenir”, com foco na inscrição de pessoas egressas para a prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e a oferta do curso preparatório. A proposta visa incentivar a conclusão dos estudos como etapa fundamental para a construção de novos projetos de vida.



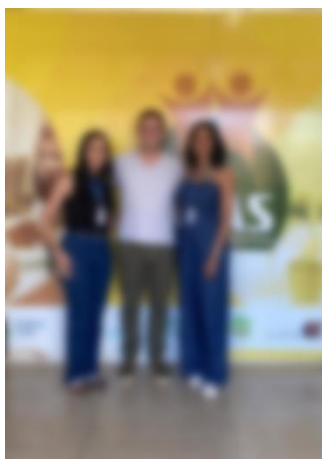
07/06/2025 - Projeto do PrEsp de Ipatinga "Educar, Reinserir e Prevenir"

Ainda no campo da educação, em Juiz de Fora, o PrEsp mobilizou a participação de egressos na 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos. Duas propostas voltadas à população egressa foram aprovadas para a etapa estadual. Dentre elas, destaca-se a proposta apresentada por um egresso atendido pelo Programa, que solicita o retorno das aulas e o incentivo ao ensino superior nas unidades prisionais. Trata-se de um momento significativo para o exercício do protagonismo em busca de direitos e para o fortalecimento do engajamento da pauta na agenda pública.



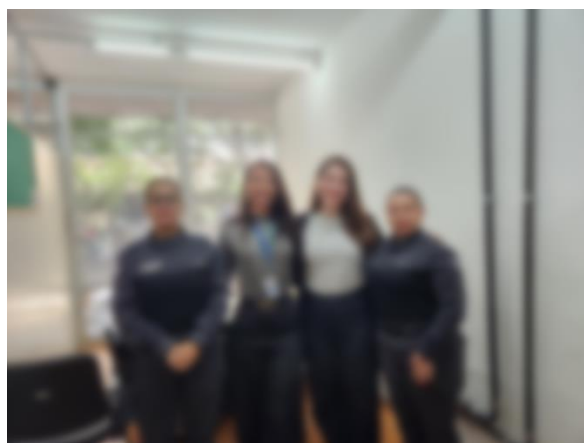
24/05/2025 – Participação do PrEsp de Juiz de Fora na 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos

O **indicador 5.3** também apresentou superação de meta, refletindo o compromisso do Programa com a articulação territorial e a difusão da pauta da pessoa egressa em âmbito municipal. Dentre as ações, destaca-se a reunião do PrEsp de Uberaba com o setor de geração de renda da Secretaria Municipal de Assistência Social, marcando o início de uma parceria voltada ao fortalecimento das estratégias de empregabilidade.



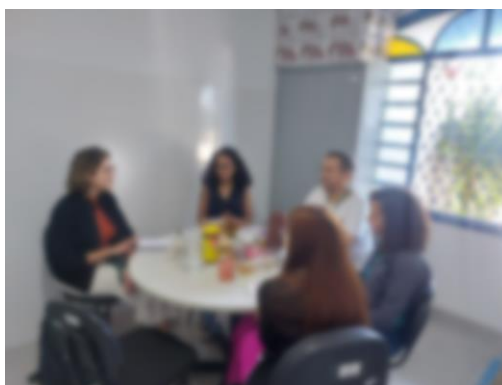
Articulação de Rede – PrEsp de Uberaba

Em Belo Horizonte, a visita da Diretoria de Monitoramento Eletrônico do Depen/MG resultou no estreitamento da parceria e na qualificação do encaminhamento de pessoas monitoradas, especialmente em casos relacionados à violência de gênero.



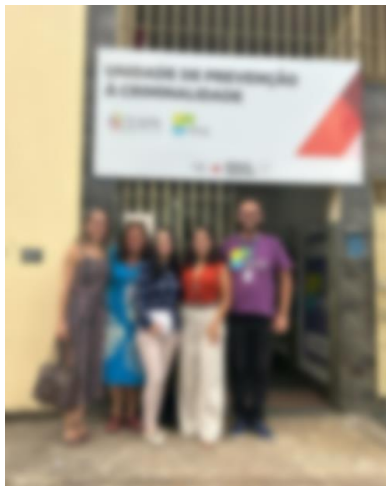
Visita Institucional – PrEsp de Belo Horizonte

O município de Vespasiano recebeu representantes da Assessoria Popular Maria Felipa, que apresentaram o projeto “Trabalho para Elas”, voltado ao atendimento de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ com histórico prisional. A parceria fortalece as ações do PrEsp na perspectiva de gênero, além de abrir possibilidades de articulação com os demais programas da prevenção, como Ceapa, Fica Vivo! e o Programa Mediação de Conflitos.



Articulação de Rede – PrEsp de Vespasiano

Em Santa Luzia, foi realizada reunião com o Conselho da Comunidade e representantes da rede socioassistencial, resultando na repactuação de parcerias e na ampliação da porta de entrada para o atendimento ao público egresso. Importante destacar que, conforme orientado no Planejamento 2025, a articulação do PrEsp com os Conselhos da Comunidade deve ser uma entrega de todos os municípios. Nesse sentido, recomenda-se que a OS esteja atenta ao cumprimento dessa diretriz.



Articulação de Rede – PrEsp de Santa Luzia

Por fim, ressalta-se a inserção do PrEsp no Projeto “É na Base”, cuja implementação está prevista para o segundo semestre de 2025. A iniciativa tem como objetivo fortalecer a presença do Programa nas comunidades escolares, ampliando o diálogo com estudantes, familiares e profissionais da educação sobre a pauta da prevenção à criminalidade e da inclusão social da pessoa egressa.

Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
8	39	487,50%

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica		
Meta	Resultado	Desempenho
700	594	84,86%

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
120	129	107,50%

Inicialmente, conforme pontuado pela OS, o Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência, parceria com o FUNEMP/MPMG, no município de Pouso Alegre, foi finalizado em abril de 2025. Nesse sentido, o 26º RGR expõe uma avaliação retrospectiva dos resultados alcançados, que descreve com clareza as estratégias adotadas, os resultados

obtidos e os desafios enfrentados no decorrer da atuação do Programa Mediação de Conflitos (PMC) e do Programa Ceapa no município. De forma geral, a Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPSC) corrobora com a leitura apresentada, reconhecendo a consistência do diagnóstico territorial construído, a escolha estratégica do bairro São Geraldo como território prioritário e o impacto das ações desenvolvidas no enfrentamento à violência contra as mulheres e na promoção da segurança cidadã.

No que tange ao Programa Mediação de Conflitos, neste trimestre não foram registrados atendimentos ou ações diretas do PMC no município de Pouso Alegre, em virtude do encerramento das atividades da equipe local, que operava com recursos oriundos do FUNEMP. Conforme informado pela OS, o período foi dedicado à desmobilização, à organização dos instrumentos e à sistematização dos resultados alcançados ao longo dos dois anos de execução do Programa. Diante desse cenário, apresenta-se a seguir uma análise retrospectiva da atuação do PMC nesta frente de trabalho.

Dentre os principais avanços, destaca-se a construção de vínculos comunitários duradouros, o fomento à organização popular e a consolidação de uma rede intersetorial mais articulada e corresponsável. As ações comunitárias, as rodas de conversa e os encontros de rede foram fundamentais para ampliar a visibilidade da temática, sensibilizar os serviços públicos e promover o acesso da população à política pública. Merece destaque, ainda, a capacidade da equipe de fortalecer as lideranças locais, apoiar os coletivos existentes e estimular a autonomia da rede mista, composta por atores institucionais e representantes da sociedade civil.

Apesar da DCM reconhecer que o PMC obteve resultados expressivos, cabe ressaltar que o encerramento das atividades no município impõe importantes desafios ao território. A saída do programa pode ocasionar um enfraquecimento dos vínculos construídos com a população e uma possível descontinuidade dos fluxos estabelecidos com a rede de proteção. Nesse contexto, com a manutenção da Unidade de Prevenção executando o Programa Ceapa no município, **sugere-se que a OS, por meio da gestão social do município, se atente à sustentabilidade das ações iniciadas, de modo que o fortalecimento comunitário, os espaços intersetoriais de diálogo, que foram fundamentais para o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres se mantenham. Embora a apropriação dos encontros de rede pelos atores locais represente um avanço importante, é fundamental o acompanhamento.**

Em suma, o encerramento da unidade do PMC em Pouso Alegre marca o fim de um ciclo virtuoso, cujos resultados demonstram a potência da política pública quando ancorada no diálogo com os territórios e na valorização das experiências comunitárias. A atuação da equipe, ao longo dos dois anos, deixou marcas importantes na reorganização da rede, na mobilização social e na construção de uma cultura de paz baseada na corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil. Caberá agora às instituições locais, a tarefa de manter vivo esse legado.

Em relação ao Programa Ceapa, iniciou-se o processo de ampliação metodológica, com a incorporação de novas modalidades de alternativas penais que passaram a compor a atuação na área temática 4. Esse movimento visa garantir a continuidade e a expansão do atendimento à população, mesmo após o término do financiamento via FUNEMP. Tal transição já foi concretizada nos municípios de Curvelo, no primeiro trimestre de 2024, e em Barbacena, de forma subsequente. Em Pouso Alegre, a incorporação foi iniciada a partir de maio de 2025, assegurando a manutenção e qualificação dos serviços ofertados no município, além de consolidar o compromisso do Estado com o enfrentamento à violência de gênero de forma articulada, estruturada e contínua.

No que se refere ao **indicador 6.1**, no 26º Período Avaliatório foram realizadas cumulativamente um total de 39 encontros de responsabilização de homens autores de violência contra a mulher, frente à meta pactuada de 8 encontros para o período, o que representa um alcance integral do objetivo.

A DAL corrobora com a justificativa apresentada pela OS com base nos dados apresentados, que evidenciam a eficácia da metodologia adotada, sobretudo na Unidade de Pouso Alegre. A execução de 39

encontros no período, frente à meta de 8, demonstra não apenas o comprometimento da equipe, mas também a efetividade da modalidade de grupo aberto como estratégia de responsabilização e reinserção dos autores de violência. A DAL reconhece, ainda, que a adoção dessa modalidade tem permitido um manejo mais ágil e contínuo dos casos, promovendo maior aderência dos participantes e ampliando o alcance do Projeto, o que justifica a recomendação de sua replicação nas demais unidades do Programa CEAPA.

No que tange ao **indicador 6.2**, cabe pontuar que, diferente do último período avaliatório, esse indicador não teve a sua meta alcançada. Sobre a Ceapa, é importante destacar que a meta prevista para o mês de abril não foi atingida, tendo sido realizados um total de 113 atendimentos. A DAL concorda com a percepção apresentada pela OS, reconhecendo o esforço da equipe técnica em manter a qualidade e a abrangência dos atendimentos mesmo diante do contexto de transição e encerramento do projeto.

Além disso, compreende que, embora a meta de atendimentos no mês de abril não tenha sido integralmente alcançada, fatores sazonais e externos, como feriados prolongados, impactaram diretamente na realização de encontros grupais. Ressalta-se, contudo, que a capacidade instalada e o compromisso da equipe indicam um cenário promissor para a consolidação do atendimento, agora sob a estrutura do Programa CEAPA. **Esta Diretoria considera adequada a estratégia de incluir o fortalecimento da porta de entrada nos diálogos com o OEP, entendendo que a estabilidade e o crescimento dos atendimentos demandam articulações interinstitucionais e ampliação do uso de institutos jurídicos que favoreçam a responsabilização e o acompanhamento de autores de violência.**

No que se refere ao PMC, conforme o planejamento do encerramento das atividades do programa, que previa para o mês de abril apenas a organização documental e produção do relatório de encerramento, **não foram realizados atendimentos ao público no presente período avaliatório.** A equipe técnica encerrou o cumprimento de aviso prévio, em meados do mês de abril. Uma análise mais aprofundada do perfil do público atendido, como forma de demonstrar o alcance do programa, foi realizada em relatório do período anterior.

Assim como no último período avaliatório, o **indicador 6.3** teve a meta alcançada. No que tange à Ceapa, a DAL corrobora com as percepções da OS, reconhecendo o esforço e o comprometimento demonstrados no alcance integral da meta. A realização de 129 ações acumuladas nos dois períodos avaliatórios, superando a meta estabelecida, bem como a consolidação de 26 ações em rede no mês final de execução na Unidade de Pouso Alegre, evidenciam a efetividade da articulação com os órgãos de proteção social e o Sistema de Justiça Criminal. Destaca-se, ainda, a relevância das estratégias adotadas, tais como os encaminhamentos qualificados, a construção de fluxos interinstitucionais e as discussões de casos, para o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Reitera-se, contudo, a necessidade de ampliação e sistematização dessas práticas, garantindo sua sustentabilidade e integração como parte estruturante do Programa CEAPA.

Por fim, no que se refere ao PMC, com o encerramento do projeto e o término do aviso prévio pelos trabalhadores — que, reitera-se, contemplava apenas a organização documental e a elaboração do relatório de encerramento durante o mês de abril —, **não foram realizadas ações junto à rede de proteção social no 26º Período Avaliatório.**

Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1: Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
490	331	67,65%

Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
1.260	1.256	99,68%

Indicador nº 7.3: Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
360	749	208,06%

Considerando o processo contínuo de monitoramento dos indicadores da Política de Prevenção Social à Criminalidade, agregado ao ciclo de cinco anos de execução do Programa Selo Prevenção Minas, cabe mencionar que 2025 tem sido marcado pelo aprofundamento metodológico, formação continuada e revisão dos indicadores pactuados, processo essencial para garantir a sua efetividade e o bom desempenho das ações propostas. Essa revisão é oportuna e se propõe à análise crítica dos indicadores existentes, verificando sua pertinência, validade e confiabilidade, na busca de identificar a necessidade de novos parâmetros e/ou aprimoramento dos atuais, com o objetivo de mensurar o impacto das ações desenvolvidas e fomentadas pelo Programa nas regionais de sua abrangência, neste tempo de execução.

Realça-se também, que este movimento tem apresentado resultados positivos, evidenciados tanto pela qualificação do trabalho realizado pelas equipes nas RISP's quanto pela consistência da análise apresentada pela OS na entrega deste período. A título de ajuste, neste trimestre, o Programa Selo Prevenção Minas superou a meta pactuada para o indicador 7.3 (mobilização social), considerando que o 7.2 (em curso), alcançou 99,68% do esperado para o trimestre. Com relação ao indicador 7.1 (articulação de rede), retifica-se que os esforços das equipes atingiram aproximadamente 67% da meta pactuada, em detrimento aos 47% mencionados pela OS.

Além disso, informa-se que o processo de implantação do Programa Selo Prevenção Minas na RISP 04 (Ubá), encontra-se em andamento. A expectativa é que a equipe seja contratada no mês de agosto e inicie em setembro o mapeamento político e de rede, para que em outubro realize as primeiras articulações com os demais municípios que compõem a região.

Nesse sentido, no tocante ao indicador 7.1 a meta já contemplava a atuação em Ubá, sendo 70 ações direcionadas a esta RISP. Portanto, o não atingimento da meta também pode ser justificado, em partes, pelo atraso no processo de implantação.

No que se refere especificadamente ao **indicador 7.1**, a Supec coaduna com os elementos apresentados pela OS, haja vista que a articulação com a rede parceira é um dos pilares fundamentais para garantir a efetividade, a continuidade e a capilaridade das ações do Selo Prevenção Minas nas RISP's de abrangência. Reitera-se que o alcance global para o referido indicador atingiu aproximadamente 67% da meta, ao contrário do indicado pela OS (47%).

Apesar dos desafios enfrentados neste trimestre por ambas as RISP's, **permanece a necessidade de um maior investimento e aperfeiçoamento nesse eixo de trabalho, para que as articulações propostas estejam alinhadas à concepção de Segurança Cidadã**. Isso é especialmente importante no que diz respeito ao estímulo à integração entre os diversos setores da sociedade, voltada para a redução e prevenção da criminalidade e das violências locais. O foco deve ser direcionado a ações mais consistentes do que ligações telefônicas, priorizando reuniões (presenciais e/ou online) e visitas institucionais.

RISP 10

A condução da Supervisão da Prevenção merece destaque neste ciclo avaliativo. Com a lacuna da gestão social no último bimestre, fez-se fundamental o acompanhamento mais próximo da equipe técnica neste período, reverberando na identificação dos entraves que impediam a fluidez do trabalho nesta regional e a assertividade pela tomada de decisão sobre o desligamento da gestora. A atuação da equipe, conforme orientações da Supervisão, tem apresentado evolução na capacidade de articulação, sendo ainda pontos de desenvolvimento e monitoramento: a priorização da modalidade presencial para as ações de articulação de rede com caráter técnico, como também para a criação e fortalecimento de fluxos de atendimento e encaminhamento de casos de violências e criminalidade.

Diante deste contexto, agregado ao perfil do município sede da RISP e da análise sobre os desafios que esta regional apresenta, tem-se como expectativa que a nova gestão social consolide a atuação do Programa por meio da articulação intersetorial e a promoção da segurança cidadã - orientada pelo planejamento, execução e monitoramento da capilaridade de atendimento nos municípios de abrangência.

RISP 15

Cabe agregar que a performance relativa ao indicador está intrinsecamente relacionada com a desenvoltura e capacidade de manejo da gestão social, especialmente frente às adversidades enfrentadas na RISP. Das dificuldades impostas pela transição política da administração municipal à gestão de pessoas na Unidade de Prevenção à Criminalidade, este último tem sido o aspecto mais desafiador e que urge por medidas cabíveis por parte da OS, já formalizadas pela Supec. **Trata-se de uma situação de extrema gravidade envolvendo a conduta de um profissional contratado lotado na UPC, que tem comprometido diretamente a rotina e a qualidade das entregas da equipe.** Em razão de ausências frequentes, a gestora da unidade tem sido sobrecarregada com o acúmulo de tarefas, situação ainda mais crítica diante do processo de implantação de uma nova Unidade de Prevenção no município, e do impacto no comportamento dos indicadores da RISP, que exigem um conjunto de articulações em rede, políticas e institucionais por parte da gestão social.

Neste percurso, destacam-se como recomendações para o próximo período:

- **Nivelar o ritmo de execução entre as diferentes frentes de trabalho do Programa;**
- **Averiguar e tomar providências quanto à conduta de profissional já discutido entre os parceiros;**
- **Manter a estratégia de descentralização das ações de articulação, com atenção ao equilíbrio entre os municípios da RISP;**
- **Priorizar articulações presenciais e qualificadas, com registros formais e envolvimento multissetorial;**
- **Priorizar articulações que tenham um objetivo claro com as ações do programa, de maneira a construir outras possibilidades de atuação nos municípios da RISP.**

No que tange ao **indicador 7.2**, em complemento às análises produzidas pela OS, é importante mencionar que, para o Programa Selo Prevenção Minas, o entendimento ampliado sobre a Política de Prevenção Social à Criminalidade é fundamental para os profissionais que nele atuam. Isso porque, toda a qualificação técnica e metodológica que o programa propõe às administrações públicas municipais, é também com base em seus conceitos de segurança cidadã, de prevenção à criminalidade, bem como da atuação municipal na segurança pública, do trabalho em rede, da participação social e da utilização estratégica de informação e inteligência. **Espera-se que as equipes de ponta sejam capazes de conectar essas temáticas às necessidades locais relacionadas ao enfrentamento e à prevenção de violências, por**

meio das atividades de formação promovidas pelo Programa. Para tanto, esta diretoria prioriza o processo de formação continuada de seus analistas e gestores sociais.

Para 2025 foi elaborado um cronograma de capacitações temáticas e metodológicas com o intuito de refinar e ampliar o repertório das equipes, com vistas à disseminação qualificada nas RISP's. Por meio dos resultados obtidos para o referido indicador, percebe-se que este investimento tem repercutido positivamente, embora tenha ficado levemente abaixo da meta acumulada para o semestre (a meta só não foi atingida por 4 participações). Se considerarmos que o alcance de 730 pessoas neste período avaliatório supera ao esperado para o trimestre em questão, o quociente é altamente positivo.

Reforça-se a recomendação para ambas as UPCs das RISP's de uma maior integração entre o eixo “Em Curso” e as demais estratégias do Selo Prevenção. Essa conexão busca potencializar os resultados e ampliar o vínculo do programa com os municípios, permitindo a realização de ações mais consistentes e estratégicas. Mantêm-se a sugestão da estruturação de um “combo” de ações que contemplem capacitações, articulações e mobilizações sociais em um mesmo município, de forma coordenada e coerente com as demandas apresentadas.

RISP 10

Verifica-se que na RISP 10 foi promovido, pelo segundo período consecutivo, a diversificação das temáticas trabalhadas, resultando em maior capilaridade das ações - aspecto essencial para a efetividade de uma estratégia regionalizada, conforme preconizado pelo Programa Selo Prevenção Minas. Destaca-se a brilhante atuação da equipe técnica de analistas, em consequência do acompanhamento da Supervisão de Prevenção, na ausência da figura do cargo da gestão social. Essa abordagem contribuiu diretamente para um resultado expressivo e, nesse sentido, a UPC da RISP 10 merece destaque. A capilaridade do programa na RISP foi retomada e destaca-se, por exemplo, a atividade de formação realizada no município de Douradoquara, em que até então, desde a implantação do Programa na regional, tinha sido contemplado com apenas uma formação no ano de 2023. **Para os próximos ciclos, recomenda-se explorar as temáticas estruturantes da prevenção, bem como a manutenção da expansão territorial das ações, conforme já orientado.**

RISP 15

Como abordado no RGR, a gestão social tem atuado de forma estratégica na orientação e acompanhamento dos analistas de referência do eixo em execução, conduzindo de maneira eficaz as ações de formação. Esse processo tem priorizado a ampliação da capilaridade territorial, a diversidade temática das atividades formativas e o alinhamento com iniciativas intersetoriais e com os demais eixos do Programa. No que se refere ao desempenho do indicador no trimestre em análise, a UPC registrou a presença de 418 participantes, correspondendo a 93% do previsto, o que representa um resultado expressivo. Desde o início das ações do Em Curso na RISP (agosto de 2024), já foram contemplados 19 municípios, o que corresponde a quase 1/3 da RISP, o que demonstra um ótimo alcance da equipe técnica no tocante a este eixo do programa. A atuação da equipe técnica tem sido destaque no tocante à qualidade das ações executadas. Dessa maneira, mantêm-se como recomendações para o próximo Período Avaliatório:

- **Integrar o “Em Curso” a outras ações do programa, promovendo maior articulação entre formações, mobilizações e estratégias institucionais;**
- **Ampliar o uso de diagnósticos locais e de articulações de rede para definir temas formativos mais conectados às realidades dos municípios;**

- Incentivar o planejamento de agendas integradas nos municípios, com realização de múltiplas ações no mesmo território para fortalecer vínculos;
- Manter a diversidade temática das formações, sempre alinhada às diretrizes da política e aos perfis dos públicos-alvo locais;
- Consolidar estratégias de interiorização contínua das formações, reduzindo a concentração em municípios-sede.

No que se refere ao **indicador 7.3**, a Supec está alinhada à análise apresentada pela OS sobre indicador mencionado e alerta que pelo segundo trimestre consecutivo, o número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade ultrapassou significativamente a meta, atingindo 108,06 % acima do esperado. Embora o número de participantes nestes espaços seja expressivo, é necessário avaliar criticamente esse resultado. **Esse tipo de concentração pode distorcer a leitura do desempenho global do programa, motivo pelo qual reforça-se a recomendação em discutir estratégias de ações mais equilibradas, com foco em ações regulares e distribuídas.**

Ressalta-se que este indicador busca mensurar a participação social com foco no fortalecimento do protagonismo comunitário e da corresponsabilidade entre poder público e sociedade civil na prevenção à criminalidade, para além do acompanhamento ao engajamento dos diferentes atores institucionais na governança da prevenção à criminalidade no município, nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade. Nessa perspectiva, **é fundamental que os participantes desses espaços, operem como multiplicadores da concepção de segurança cidadã de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências no município** e para isso, é preciso considerar o sentido do processo participativo, para além da simples presença do participante, ou seja: associar qualidade do vínculo, engajamento e governabilidade.

RISP 10

A Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas tem feitos avanços importantes, porém ainda enfrenta fragilidades que limitam a execução das ações do Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção à Criminalidade. Apesar de contar com a participação interinstitucional, ter um Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã e um Plano de Prevenção bem estruturados, o engajamento e a articulação entre os setores ainda apresentam descompasso para a conversão do Plano em resultados concretos para o município.

Com o objetivo de fortalecer o espaço da Comissão Municipal, a coordenação desta área temática tem priorizado o acompanhamento *in loco* das reuniões nos municípios sede do Programa Selo Prevenção Minas. Nesse percurso, a gerente Maria Clara Di Lorenzo participou presencialmente da reunião da CMPC, reafirmando o compromisso institucional com o município. A presença da gerência contribuiu para maior legitimidade do processo e alinhamento técnico com os atores locais, assim como para a eleição das diretrizes operacionais para a efetivação das entregas previstas no Plano Municipal. Foi possível ainda, retomar o quórum e o mapeamento dos serviços ofertados pelas instituições responsáveis, bem como a análise da dinâmica das violências no município, com vistas a fornecer subsídios para a atuação da Comissão. Segue registro do espaço:



Participantes da Reunião da CMPC em Patos de Minas em 25/06/2025

RISP 15

Para o trimestre, destaca-se a entrega do **Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã de Teófilo Otoni**, que se constitui enquanto ferramenta proposta pelo Programa Selo Prevenção Minas com o objetivo de qualificar a leitura dos fenômenos de violências e criminalidade do município, por meio de um retrato do cenário, orientando assim a construção de intervenções, que serão consolidadas na próxima fase do Programa, a elaboração do Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade. O evento ocorreu no dia 26 de abril e contou com a participação e apresentação dos dados pela Diretora de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade, Cristiane Pereira Gabriel Brum. A articulação direta com a prefeitura tem contribuído para o fortalecimento da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade e para a consolidação do programa como política pública local. A seguir, registro do evento:



Entrega do Diagnóstico pela Diretora Cristiane Pereira ao Prefeito de Teófilo Otoni, Fábio Mario dos Santos

Outra ação que merece destaque na RISP 15 é a reunião de rede realizada com o município de Coronel Murta a fim de subsidiar as ações do eixo Consultoria no município. Esse tipo de ação, embora pouco realizada pelas equipes, é de suma importância para o desenvolvimento de ações mais robustas de prevenção e esta Supec incentiva e orienta as equipes a realizarem também ações como esta.

Nota-se, de acordo com a análise trazida pela OS, que o atingimento do indicador para além do pactuado está relacionado, principalmente, às ações realizadas nas escolas. Dessa forma, orienta-se a rever o sentido metodológico de tais ações, qualificando-as e apenas executando as que estejam em consonância com a metodologia e com as novas orientações a respeito do projeto interinstitucional “Prevenção: é na base!”. Por fim, destacam-se como recomendações para o próximo PA:

- Reavaliar os critérios de contagem dos participantes em ações de participação social para evitar distorções no indicador;
- Rever o sentido metodológico das ações realizadas nas escolas, mantendo apenas as que tem consonância com o projeto interinstitucional “Prevenção: é na base!”;
- Manter a participação direta da Coordenação do Programa nas reuniões de CMPC’s como estratégia de engajamento institucional;
- Promover ações de mobilização com foco na sustentabilidade das comissões municipais e no fortalecimento da participação social, sobretudo na RISP 10, em que vinha sendo observada uma queda significativa no quórum das reuniões com uma retomada importante neste último período avaliatório.

Área Temática 8 – Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)

Indicador 8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec		
Meta	Resultado	Desempenho
6.270	7.302	116,46%

Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
1.554	1.061	68,28%

A Diretoria de Alternativas Penais (DAL) corrobora com a OS no que tange a ampliação das equipes técnicas e gestão exclusiva em Contagem e Uberlândia. Apesar de superar a meta acumulada de atendimentos, destaca-se a importância de futura ampliação da equipe de Belo Horizonte, pois esse reforço contribuirá para a melhoria do indicador 8.2. Além disso, **espera-se que a Supervisão de Prevenção continue promovendo capacitações contínuas, incluindo treinamentos iniciais e de reciclagens, com foco na retomada dos pontos essenciais para o aprimoramento da execução do trabalho.**

Importante destacar a articulação realizada pela APEC BH em parceria com o Instituto de Apoio e Orientação a Pessoas em Situação de Rua (INAPER), que tem viabilizado a entrega de insumos básicos ao público atendido, utilizando recursos provenientes do Edital de Penas Pecuniárias da Vara de Execuções Penais.

Ademais, neste período a DAL realizou capacitação para os atores estratégicos da OS, voltado a apresentar o Serviço APEC, com detalhamento sobre o marco temporal do serviço, os indicadores, os instrumentais utilizados para a execução do trabalho e o planejamento estratégico para o APEC.

Para além disso, a DAL recebeu a admissão de uma Gerente no estado para o Serviço APEC, representando um avanço importante para o aprimoramento do serviço. Com a designação de uma representante exclusiva do Serviço APEC para a Supes, sua atuação passou a compor oficialmente o Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA), com participação regular nas reuniões bimestrais do grupo. Ademais, a Gerência realizou visita à unidade de Contagem, oferecendo orientações e recomendações sobre os desafios estruturais enfrentados na unidade.

No que se refere ao **indicador 8.1**, que corresponde ao número acumulado de atendimentos, observou-se a superação da meta, resultando em aproximadamente 16% além do esperado.

Conforme anteriormente apresentado no 25º Relatório de Monitoramento (RM), na página 99, é necessário corrigir o seguinte parágrafo: “No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que

compreende o período 01/04/2025 a 30/06/2025 obteve se um total acumulado de • 7.302 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 6.270 • pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido”, pois não se trata de atividades previstas para APEC.

Segundo a OS Parceira, o indicador 8.1 mantém-se concentrado na etapa de pré-atendimento, reafirmando sua relevância no âmbito do Serviço APEC e o seu papel fundamental nos subsídios para a tomada de decisão judicial e articulação com os demais atores envolvidos na dinâmica das audiências de custódia.

No que se refere ao pós-atendimento e aos entraves comuns às três unidades, destaca-se que a Supec vem atuando na identificação das causas desses obstáculos. **Orienta-se que a OS estimule a articulação entre a gestão social e os coordenadores das CEACs**, com vistas à apuração das razões para a demora na publicação das decisões judiciais e dos horários de retorno dos custodiados às unidades prisionais. **Tais informações deverão ser encaminhadas à Supec para viabilizar às intervenções necessárias e consequentemente, o aumento da realização de Pós Atendimentos.**

Em relação à superação da meta, destacam-se os resultados obtidos por Belo Horizonte e Uberlândia. Ressalta-se, contudo, a expressiva contribuição de Uberlândia, que excedeu de forma significativa o previsto. Nesse sentido, a DAL corrobora os argumentos apresentados pela OS quanto ao impacto positivo da ampliação da equipe técnica e da implementação, a partir de maio, de uma gestão social exclusiva. No caso de Contagem, que igualmente passou a contar com equipe ampliada, gestão exclusiva e funcionamento nos turnos matutino e vespertino desde o referido mês, verifica-se um aumento expressivo no número de atendimentos realizados em maio e junho, evidenciando os efeitos concretos das mudanças promovidas.

Conforme orientação da Supec neste trimestre, aguarda-se o retorno do diagnóstico referente à atuação de magistrados tendenciosos ao Serviço APEC em Contagem. **Recomenda-se, portanto, que a OS mantenha acompanhamento próximo em Contagem e Uberlândia, considerando a diversidade de juízes envolvidos, para que seja possível uma melhor análise e identificação de quais ações serão realizadas para solucionar este obstáculo.**

Com vistas à qualificação das articulações institucionais, **sugere-se que a OS promova capacitações e orientações direcionadas aos gestores sociais, a fim de fortalecer o fluxo interno de trabalho e aprimorar as relações com os atores envolvidos nas audiências de custódia**, considerando o impacto direto dessas interfaces na efetividade do Serviço APEC.

Antes de iniciar a discussão sobre o indicador 8.2, é importante retificar novamente na página 102 o seguinte parágrafo **“No 26º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/04/2025 a 30/06/2025 obteve se um total acumulado de • 1.061 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 1.554 • ações, o Programa não atingiu o objetivo estabelecido”.** Solicita-se a exclusão da referida informação, pois não se trata de atividades prevista para APEC.

Conforme apontado no 26º RGR, a meta do **indicador 8.2** não foi alcançada. Conforme apresentado pela OS, observa-se um aumento expressivo das ações realizadas nos meses de maio e junho, resultado da articulação entre a gestão social e a equipe técnica, que possibilitou a conciliação entre as ações de rede e a demanda de atendimentos diários. **Com a nova organização implementada, espera-se que, nos próximos trimestres, a meta seja atingida, especialmente com o apoio das capacitações promovidas pela OS sobre o tema em questão.**

Apesar do desempenho insatisfatório do indicador, destaca-se que os municípios de Contagem e Uberlândia superaram suas respectivas metas, enquanto Belo Horizonte não atingiu 50% do previsto. Diante

disso, **recomenda-se que a OS reforce, junto às equipes, a importância da escuta qualificada e da identificação das vulnerabilidades dos atendidos, visando ampliar os encaminhamentos às redes parceiras** — inclusive àquelas instaladas nas próprias CEACs, como é o caso de Belo Horizonte, que dispõe do PAIPJ e da DPMG.

Por fim, considerando o fortalecimento da articulação com a CEAPA, **recomenda-se a integração de ações com os demais Programas da Prevenção**, tais como Mediação de Conflitos, Fica Vivo e PrESP que, em grande parte, possuem o mesmo público-alvo do Serviço APEC e podem contribuir significativamente para a qualificação dos atendimentos e a ampliação do impacto junto às pessoas atendidas.

Área Temática 9 – Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Indicador 9.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
355	384	108,17%

O 26º Período Avaliatório demonstra que, desde o lançamento do Programa Proteja Minas, em janeiro de 2025, o município de Ubá vem apresentando avanços graduais em sua implementação, com investimentos direcionados à estruturação das ações previstas. Consolidando-se como uma política pública relevante no enfrentamento à violência contra meninas e mulheres, o Programa expõe no presente período, um marco estratégico que revela áreas prioritárias para o direcionamento do trabalho e a implementação de ações que respondam de forma mais assertiva aos desafios identificados. Antes de iniciar as discussões referentes ao Programa Proteja Minas, **é importante destacar que a abordagem desta área temática terá um formato diferenciado em relação às demais, uma vez que o Programa se encontra em fase de implementação e, consequentemente, de adequação metodológica.**

Diante desse cenário, a Supec realizou considerações importantes no primeiro período sobre a necessidade de alguns ajustes operacionais, com três recomendações principais: **(a) apresentação de cronograma trimestral de ações; (b) envio sistemático de fontes de comprovação das ações coletivas; e (c) início das atividades do eixo “É na Base”.** Tais considerações foram contempladas pela OS e isso merece destaque no tocante à realização do trabalho.

No que tange a análise realizada pela OS, a Supec corrobora com tais percepções diante das mudanças expressivas (aumento do alcance do programa com o atingimento das metas pactuadas e, em contrapartida, mudanças necessárias na equipe) que ocorreram durante os meses de abril a junho de 2025. De maneira global, a meta estabelecida foi superada e isso reflete o trabalho conjunto da Supec e da OS, com destaque para a Coordenação do Programa no estado e a Supervisão de Prevenção na OS. O atingimento da meta pactuada é fruto do trabalho coletivo, esforço e inventividade de todos os atores que operam este programa, sobretudo, a equipe técnica na ponta. Entretanto, faz-se necessária uma análise pormenorizada das modalidades de atendimento contempladas por este indicador para que o alcance da meta se faça mais assertivo com a proposta metodológica do programa.

De acordo com as análises realizadas pela Diretoria, dos resultados alcançados no segundo período avaliatório, que somam 384 atendimentos, aproximadamente 90,6% se referem a ações coletivas, o que demonstra um cenário de baixa efetividade na execução de atendimentos individuais. Esse dado evidencia a importância de se pensar em ações que aumentem a capilaridade do Programa no atendimento individual de mulheres e meninas, sinalizando que uma possível fragilidade na articulação com a rede local para identificação e encaminhamento de novos casos precisa ser reparada. **Desde já, recomenda-se a OS a**

apresentação de um plano de trabalho que corrobora com o equilíbrio das ações metodológicas a serem executadas pela equipe técnica para o próximo semestre, com foco no equilíbrio entre as ações coletivas e os atendimentos individuais.

A seguir, apresenta-se uma análise detalhada por categorias para um melhor aprofundamento na execução do Programa e, conseqüentemente, para fazer recomendações mais assertivas:

Atendimentos individuais

No tocante aos atendimentos individuais, metodologicamente, a meta pactuada com a equipe é de no mínimo 20 atendimentos por mês, sendo esperado para este período, portanto, a execução de 60 atendimentos individuais. Entretanto, foram realizados apenas 36, sendo 14 no mês de abril, 16 em maio e 6 em junho.

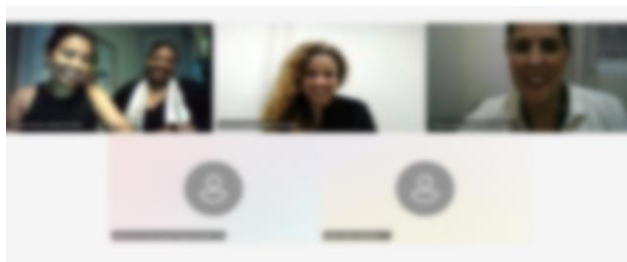
De acordo com os relatórios preenchidos pela equipe técnica e analisados pela Diretoria, destes 36 atendimentos individuais realizados, extraem-se 23 pessoas atendidas, sendo que destas, apenas 6 possuem mais de um atendimento realizado, ou seja, voltaram à UPC ou foram atendidas novamente pela equipe técnica em algum outro contexto. Isso demonstra um número pequeno frente à capacidade da equipe e da demanda das mulheres e meninas que o município possui, de acordo com os dados que levaram a implantação no município de Ubá. Desta forma, **recomenda-se o investimento específico nesta modalidade de atendimento com a criação de estratégias para o retorno das mulheres atendidas e de um maior alcance do programa no município (busca-ativa da equipe, melhoria na comunicação e divulgação do programa no município, construção de fluxos com a rede parceira para encaminhamento destas mulheres, entre outras estratégias a serem desenvolvidas).**

Atendimentos coletivos

De maneira complementar aos atendimentos individuais, a metodologia do programa prevê as modalidades de atendimentos coletivos, sendo elas: a) Atendimentos para mulheres e meninas (que se encontram ou estão vulneráveis à situações de violência), sendo eles: Grupos reflexivos e Cursos profissionalizantes; e b) Atendimentos coletivos para o público em geral, que foca na prevenção primária à violência e à conscientização sobre a prevenção, sendo eles: palestras, rodas de conversa e fóruns.

A maior parte da meta estabelecida para este indicador diz respeito a essas modalidades, sendo que dos 230 atendimentos previstos para este PA, 170 eram das modalidades coletivas. Entretanto, no início do período (mês de abril) só haviam sido realizados atendimentos individuais e, devido a isso, a Diretoria percebeu a necessidade de um alinhamento metodológico com a Supervisão de Prevenção e a Gestão Social para fins de alcance deste indicador.

Sendo assim, foi realizada reunião com este objetivo, conforme registro a seguir:

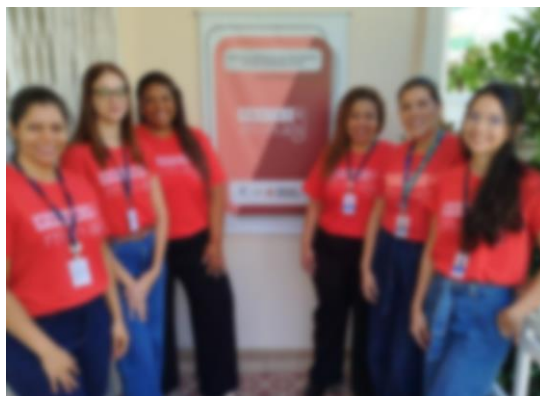


Reunião de alinhamento metodológico realizada em 15 de maio de 2025 entre Supec e OS

A partir desta reunião, durante o mês de maio e junho houve o aumento expressivo dos atendimentos coletivos, conforme a seguir:

a) Atendimento para mulheres e meninas: Grupos reflexivos

Para fortalecer a equipe técnica para o início da execução dos grupos reflexivos no município, a Coordenação do Programa conduziu um espaço juntamente com a equipe técnica, contando com o apoio da Supervisão de Prevenção, preparando os profissionais para o entendimento estratégico dessa prática, com acompanhamento técnico direto no primeiro encontro. A seguir, foto da visita da Coordenadora do Programa Maressa Aguiar e da Supervisora Luziene Rodrigues para apoio à equipe no tocante ao grupo reflexivo:



Visita técnica à UPC Proteja Minas em Ubá 19/05/2025

A partir do primeiro encontro realizado com a presença da coordenação e supervisão a equipe técnica deu continuidade ao grupo. A seguir, resumo dos encontros realizados:

Grupo Reflexivo “Entre nós”:

- 1º encontro, 1 pessoa presente, 20/05/2025
- 2º encontro, 2 pessoas presentes, 26/05/2025
- 3º encontro, 4 pessoas presentes, 02/06/2025
- 4º encontro, 2 pessoas presentes 09/06/2025

Apesar da presença constante da equipe técnica, os grupos reflexivos ainda enfrentam dificuldades de consolidação, sendo que a metodologia do Programa prevê duas modalidades de grupo — sensibilização e reflexão —, ambas ainda sem resultados consistentes no território, **o que reforça a necessidade de revisão estratégica e metodológica. Ademais, reforça-se a necessidade de um acompanhamento mais próximo da Supervisão de Prevenção no tocante à realização destes grupos, garantindo a qualidade metodológica da condução e subsidiando a equipe de estratégias para continuidade, expansão e fortalecimento dos grupos. Por fim, orienta-se que os atendimentos do grupo reflexivo sempre estejam atrelados ao acompanhamento individual de cada mulher que participa, reforçando os atendimentos individuais e a construção com a rede.**

b) Atendimentos para o público em geral (rodas de conversa, palestras e fóruns)

Rodas de Conversa (4 rodas de conversa contemplando 63 pessoas no total):

- Roda de conversa para reconhecer o território e a realidade da comunidade com as lideranças comunitárias do bairro Solar no dia 15/05, 4 pessoas;
- Roda de conversa para apresentar o programa e falar sobre tipos de violência no bairro Solar no dia 24/05, 24 pessoas;

- Roda de conversa para apresentar o programa e falar sobre tipos de violência com a turma de alongamento da Praça Getúlio no dia 28/05, 16 pessoas;
- Roda de conversa para apresentar o programa e falar sobre tipos de violência com a turma de alongamento do bairro Palmeiras no dia 29/05, 15 pessoas;
- Roda de Conversa sobre violência de gênero contra a mulher no CAPS II, dia 27/06/2025, 4 pessoas; *Palestras (4 palestras contemplando 276 pessoas no total):*
- Apresentação do Programa e tipo de violência, 58 pessoas, 27/05, Escola Padre Joãozinho (Ação do “Prevenção: é na base!”)
- Palestra “Violência velada - Relacionamento saudável x abusivo”, 97 pessoas, dia 04/06/2025, na Escola Estadual Deputado Carlos Peixoto Filho (ação sugerida pela equipe e ação do “Prevenção: é na base!”)
- Palestra “Papéis sociais e tipos de violência”, 90 pessoas, dia 18/06/2025, na praça São Januário (ação sugerida pela equipe)
- Palestra “Violência de gênero e seus reflexos na família”, 31 pessoas, dia 26/06/2025, com grupos de família no CRAS COHAB (ação solicitada pela rede)

Fóruns

Não foram realizados fóruns neste período avaliatório.

No tocante aos atendimentos coletivos para o público geral, **solicita-se um controle maior da OS quanto ao conteúdo e a qualidade das ações que estão sendo executadas, desde a forma como tais ações são construídas pela equipe (fluxos) até o conteúdo e a condução por parte da equipe, garantindo que tais ações estejam acontecendo de acordo com as diretrizes metodológicas estabelecidas.**

É importante destacar que, em tese, um maior número de palestras e rodas de conversa sugeriria, *à priori*, mais atendimentos individuais, o que não ocorreu, conforme sinalizado anteriormente. **Dessa forma, ressalta-se a importância de um acompanhamento metodológico no tocante à qualidade das ações que a equipe vem executando, sendo necessário trabalhar com as analistas esta sensibilidade para que tais ações também sejam espaços que possibilitem a criação de vínculos para futuros atendimentos individuais.**

Diante do cenário apresentado, cabe avaliar que, com base no desenvolvimento das ações executadas, o objetivo do Programa para o próximo PA deve ser o de equilibrar suas frentes de atuação, identificando gargalos operacionais e eliminando esforços improdutivos. Entretanto, ressalta-se que, apesar da ausência de investimentos voltados aos atendimentos individuais, o Programa alcançou expressiva inserção institucional no município, evidenciada pela realização de ações coletivas que, no período totalizaram mais de 340 atendimentos indiretos.

Esse dado demonstra o potencial de impacto do Proteja Minas junto às redes institucionais, especialmente em ações de prevenção e sensibilização. **No entanto, é necessário refletir se o investimento em ações preventivas de caráter coletivo tem sido suficiente para responder às demandas reais das mulheres em situação de violência no município.** Dessa forma, a baixa adesão aos atendimentos individuais e aos grupos reflexivos sugere a necessidade de recalibrar as estratégias de mobilização, escuta ativa e articulação com a rede de proteção, com ênfase nos serviços de proteção à mulher. **Diante do exposto, reforça-se sobre a importância de consolidação junto a gestão social que atua de forma estratégica enquanto articulador da equipe técnica, o fortalecimento da estrutura de trabalho com os recursos já disponibilizados, a fim de garantir que as ações do Programa estejam alinhadas aos seus objetivos estratégicos.**

Instrumentos de gestão da informação e lastro dos indicadores

No que tange ao mês de abril, esta Supec contrapõe os dados do indicador de atendimentos apresentados e avalia que, considerando a presença de três analistas sociais na equipe, o volume de atendimentos e a realização de uma palestra no mês comprometem o desempenho do Programa e não justificam com fidelidade o esforço da equipe com relação às metas estabelecidas. Paralelo a isso, conforme orientações recebidas, a equipe técnica encaminhou e-mail com os resultados alcançados no mês de referência, em **07/05/2025** às 14h41, contendo anexos documentos e instrumentais relacionados aos atendimentos do respectivo mês, que dizia “... *Fomos orientados que deveria ser feito apenas o envio dos dados referentes ao mês de Abril (...) Desta forma, além do Relatório, seguem em anexos também os instrumentais. Além disso (...) ressaltamos que temos até o 3º dia útil para fazer o envio dos relatórios, e que realizamos atividades externas também no dia 30 de abril, a qual não foi possível lançar no Relatório, porque o Relatório não permitiu preencher informações referentes ao mês pretérito.* No dia **20/05/2025** às 15h40 foi encaminhado novo e-mail pela equipe técnica, com lista de presença de uma ação realizada no dia 30/04/2025 que contou com a participação de 52 pessoas, entretanto, tais dados não foram lançados no referido mês, apesar da ação ter acontecido de forma tempestiva.

Como no período avaliativo anterior, mais uma vez, ressalta-se a importância de manusear de forma assertiva as respectivas fontes de comprovação, tendo em vista que são documentos importantes para validar o investimento de tempo, esforço e cuidado da equipe para com as pessoas atendidas pelo Programa e legitimar a efetividade de uma política pública tão comprometida com os objetivos e valores. Em paralelo, a Diretoria, em articulação com atores estratégicos da Supec, respondeu às demandas estruturais previamente identificadas pela equipe local, como o envio de uma impressora, a atualização de materiais gráficos e a solicitação de um modem de internet — medidas que reforçam o compromisso institucional com o suporte contínuo às equipes de ponta e com a qualificação das condições de trabalho.

Dificuldades relacionadas à gestão de pessoas na unidade

A Supec coaduna com os apontamentos trazidos no RGR sobre a necessidade de desligamento de profissional que estava à frente do programa no município, por não ter desenvolvido as competências de acordo com o perfil exigido para o cargo, mesmo após o acompanhamento sistemático por parte da Supervisão de Prevenção, que merece destaque nesta condução. **Diante disso, prevê-se para o próximo PA a necessidade de um acompanhamento mais próximo da Supervisão de Prevenção da equipe técnica (analistas), física e virtualmente, considerando a ausência da gestão até a chegada de uma nova profissional ao cargo.**

Por fim, seguem as recomendações finais e correções necessárias:

- Sugere-se, para o próximo RGR, que a escrita venha dividida ou por tipo de ação ou por mês (a escrita atual foi mesclada);
- Reforça-se a orientação para uma atenção aos atendimentos individuais, aumentando o alcance para o próximo PA (mínimo de 60 atendimentos individuais);
- Criação de estratégias para aumentar o quórum dos grupos reflexivos, bem como o acompanhamento mais próximo da supervisão quanto à qualidade metodológica do espaço;
- Foco na qualidade das ações realizadas, para que estejam em consonância com a metodologia do programa;

- Atenção para o foco das ações no público-alvo do programa (sociedade civil), devendo possuir cuidado com as ações realizadas com a rede (a rede é parceria e não público atendido);
- Continuidade do alcance dos atendimentos coletivos para o público em geral, reforçando a realização das rodas de conversa e das ações do “Prevenção: é na Base!”;
- Melhoria na comunicação institucional por parte da equipe técnica para divulgação das ações nas redes sociais da segurança conforme orientações da Supec.

Por fim, solicita-se, para o próximo RGR, a inclusão da logo do programa Proteja Minas no quadro de indicadores, nas páginas do relatório do programa e onde mais se fizer pertinente, seguindo a lógica dos demais programas de prevenção social à criminalidade.

Área Temática 10 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política

Indicador 10.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
182	-	-

Indicador 10.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
406	-	-

Indicador 10.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
90	-	-

Indicador 10.4. Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover)		
Meta	Resultado	Desempenho
2,5%	2,1%	119,05%

No tocante a Área Temática 10 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade - que trata da mensuração das atividades realizadas pelas supervisões de gestão e metodológica, conforme destacado no 25º Relatório de Monitoramento, cita-se a recente reestruturação de cargos e funções estratégicas no Instituto Elo, com a criação do cargo de Supervisor da Prevenção. Essa mudança na estrutura de gestão da OS inviabilizou a aferição dos **indicadores 10.1, 10.2 e 10.3** e, diante dessa mudança, a Organização Social solicitou que os três indicadores não fossem considerados para o cálculo da nota do 26º Período Avaliativo, até que o Programa de Trabalho seja devidamente readequado no próximo aditamento do Contrato de Gestão nº 02/2019.

A Comissão de Monitoramento não identificou impedimentos para a desconsideração desses indicadores, haja vista que a Supec acompanhou todo o processo de alteração de cargos junto à Organização

Social parceira, validando o novo modelo proposto para o Contrato de Gestão. **Diante disso, a pauta será novamente encaminhada para votação dos membros da Comissão de Avaliação.**

Apesar do pedido de desconsideração dos **indicadores 10.1, 10.2 e 10.3**, é importante destacar algumas formações executadas pela Supec para nivelamento dos profissionais estratégicos, que desempenham papel crucial diante da reconfiguração de pontos centrais para a política pública e, especificamente, o Programa Fica Vivo!. Temáticas como “Gestão do Tempo”, “Desenho de Políticas Públicas”, “Oficina de Indicadores Supec e FJP” e “Formação sobre RGE – AGI” foram desenvolvidas para preparar os profissionais para contribuir na formulação, execução e avaliação da política pública.

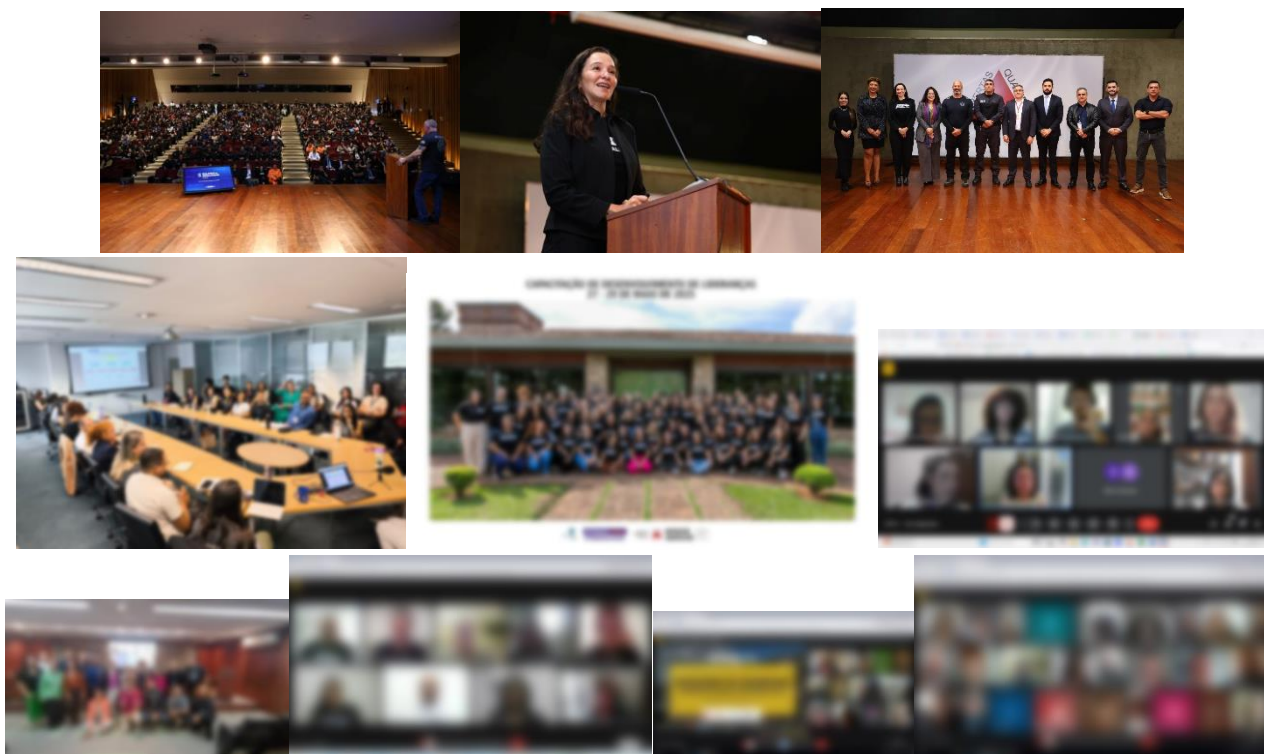
Estas formações antecederam a “Imersão de líderes: Capacitação de Desenvolvimento de Lideranças Supec e IELO”, evidenciando o investimento que o OEP e a OS realizaram para a melhoria na gestão pública. Os efeitos da participação dos profissionais estratégicos nestas formações foram percebidos pouco tempo depois na gestão de pessoas, gestão de recursos e gestão administrativa, em especial diante da tomada de decisões assertivas para a inclusão de profissionais em comissões de desenvolvimento ou de desligamento e, em ações que visam a resolução de questões de infraestrutura e mudança de unidade.

Na finalização do período, os profissionais da Supec e IELO, entre outros servidores de diversas regiões do estado, participaram do evento “Balanço de Resultados Sejusp”, realizado em junho na Cidade Administrativa. Durante o evento, os gestores da segurança pública apresentaram os principais avanços e conquistas, que elevaram a qualidade do atendimento prestado à população. Na oportunidade, a Supec apontou que a ampliação do atendimento e a difusão das ações resultaram na redução da criminalidade. A análise de indicadores estratégicos permitiu o alinhamento de políticas públicas, enquanto a inovação no uso de dados contribuiu para ajustes mais assertivos. Destacaram-se também a queda de 33,04% nos crimes violentos, a qualificação profissional, a inclusão produtiva e a ampliação das redes de proteção, que aumentaram a sensação de segurança no estado.

Nesse contexto, o período foi marcado por diferentes **espaços de formação**, alguns exclusivos para a gestão social e outros conjuntos com as equipes técnicas para alinhamento e qualificação do trabalho. Destaca-se os momentos de acolhimento da gestão de base territorial pelas diretorias dos programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos; Capacitação Introdutória para a gestão, analistas e estagiários; Formações temáticas sobre “Oficinas e Oficineiros”, “Chegando de quebrada: experiências de uma implantação de UPC” sobre o processo de diagnóstico e implantação da UPC Estrela Dalva e, “Novo instrumental de monitoramento das oficinas do Fica Vivo”. Em todos os espaços, foram prestados orientações e esclarecimentos sobre a transição dos cargos de supervisão da gestão e supervisão metodológica para a subgerência da prevenção e Supervisão da Prevenção, visando a facilitação e fluidez deste processo.

O **projeto “Prevenção é na Base!”** tornou-se ação transversal, devendo ser executado por todos os programas da política de prevenção, conforme previsto nas diretrizes institucionais. **A execução das ações pelo Programa Fica Vivo, deverão ser executadas anualmente durante a campanha dos 21 dias de ativismo, entre os dias 20 de novembro e 10 de dezembro, respeitando as especificidades de cada localidade, a autonomia das equipes e a articulação com as escolas.**

Com o objetivo de aprimorar os conhecimentos e habilidades dos servidores e oficineiros da Supec, com foco em implantar competências nos profissionais e oficineiros para planejar, executar e avaliar oficinas que promovam a prevenção social à criminalidade, em consonância com a metodologia dos respectivos programas, foi concebido o curso de **“Formação para atuação em prevenção social à criminalidade: Fica Vivo e Mediação de Conflitos”**. O curso é uma iniciativa da Sejusp, elaborado em parceria entre a Academia Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais (AESP-MG), a equipe da Supec/Sejusp, especificamente dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Com previsão de lançamento para o mês de novembro, será ação estratégica para o fortalecimento da política pública de prevenção, promovendo a qualificação técnica e metodológica dos trabalhadores nas comunidades atendidas.



No que se refere ao **indicador 10.4**, verifica-se uma superação da meta em 19,05% no 26º PA. Conforme apontado no RGR pela OS parceira, o cenário foi marcado pelo encerramento das atividades do Programa Se Liga nas cidades de Belo Horizonte, Uberlândia e Juiz de Fora. Esse contexto também refletiu na taxa de Turnover da organização que, mesmo diante dessa conjuntura, alcançou a meta pactuada.

Sobre este indicador, ainda durante o 25º Período Avaliativo — marcado por um número significativo de desligamentos de colaboradores decorrentes da reestruturação de cargos promovida pela OS —, tornou-se evidente que a meta estabelecida está subestimada. Isto é, mesmo diante de um contexto com um alto número de desligamentos de profissionais, a meta foi alcançada, o que reforça tal diagnóstico. Para além da meta, nestes dois períodos em que o indicador foi mensurado, identificou-se a necessidade de revisão da descrição, com vistas ao aprimoramento do indicador. Dessa forma, **o processo de revisão do indicador 10.4 está sendo discutido internamente, para possível alteração no próximo aditamento da parceria.**

Área Temática 11 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 11.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial		
Meta	Resultado	Desempenho
34	33	

Indicador 11.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
3	3	100%

No que tange ao **indicador 11.1**, conforme a OS registrou no RGR, a meta de 34 (trinta e quatro) relatórios não foi alcançada devido à não implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial em Coronel Fabriciano. Assim, apenas 33 (trinta e três) relatórios foram passíveis de entrega e contabilização. **Por essa razão, a OS solicita que tal indicador não seja contabilizado.**

A Comissão de Monitoramento não identificou impedimento para a desconsideração temporária desse indicador, haja vista inclusive que o Acordo “Compor” também autorizou a alteração de município para implantação de nova UPC, considerando a não atuação do GEPAR no município de Coronel Fabriciano. **Diante disso, a pauta será encaminhada para votação dos membros da Comissão de Avaliação.**

No que se refere ao **indicador 11.2**, destaca que a Diretoria do Programa Selo Prevenção alinhou junto a OS a não necessidade do encaminhamento do relatório específico do programa, pois as informações nele consolidadas já estão em outros instrumentais, de modo a potencializar outras frentes de trabalho do Programa. Portanto, referido ajuste será feito no aditamento do instrumento de parceria.

Área Temática 12 – Gestão da Parceria

Indicador 12.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Indicador 12.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Na área temática 12, acerca do **indicador 12.1**, informa-se que este procedimento, previsto no Decreto Estadual nº 47.553/18, ainda não foi integralmente finalizado pela Comissão de Monitoramento, cujos processos já podem ser acessados de forma virtual.

Estão sendo verificados 141 processos, entre eles de contratação de pessoal, serviços, compra de bens, oficinas e diárias de viagens. Como alguns ainda necessitam de esclarecimentos por parte da OS, ou de juntada de documentação comprobatória, o procedimento de checagem ainda não foi finalizado até a data de assinatura deste relatório de monitoramento. Sendo assim, a supervisão do Contrato de Gestão apresentará a conclusão da checagem, após a finalização da Checagem de Efetividade, na data da Reunião da Comissão de Avaliação.

Já o **indicador 10.2** será discutido e avaliado, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação. Por ora, informa-se que todas as fontes de comprovação foram enviadas à SEPLAG para cômputo dos indicadores.

Área Temática 13 – Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais

Indicador 13.1 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
-	-	-

O **indicador 13.1** tem a periodicidade anual e será mensurado apenas no 28º PA.

3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática		Produto		Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
3	Aprimoramento e avaliação da Política de Prevenção Social à Criminalidade	3.3	Desenvolvimento de mais dois módulos do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	5	Jan/25	Jul/25	Não entregue
4	Projetos do Programa PrEsp	4.1	Diagnóstico do Perfil do Público Feminino Egresso Atendido pelo PrEsp	5	Jun/25	Jun/25	Aprovado dentro do prazo

Quanto ao **Produto 4.1 - Diagnóstico do Perfil do Público Feminino Egresso Atendido pelo PrEsp**, o relatório foi entregue dentro do prazo, cumprindo os parâmetros estabelecidos, bem como apresentou rigor metodológico e análises com qualidade. Este produto objetivou sistematizar e analisar os dados sobre o perfil das mulheres acompanhadas pelo PrEsp. Embora o programa atenda majoritariamente homens, o produto destacou a importância de dar visibilidade às experiências das mulheres egressas do sistema prisional mineiro, reconhecendo suas especificidades no contexto do sistema de justiça criminal. Dessa forma, as informações produzidas pelo diagnóstico fornecem subsídios para políticas públicas mais eficazes de proteção social e prevenção à criminalidade.

Já o **Produto 3.3 - Desenvolvimento de mais dois módulos do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade** não foi entregue dentro do prazo previsto no Programa de Trabalho do IX Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 02/2019. Nesse contexto, o Instituto Elo solicitou novamente a desconsideração do produto com a seguinte justificativa:

“A luz dessa situação, pede-se a desconsideração deste produto na contabilização da nota da Comissão de Avaliação sob as seguintes justificativas:

- O Plano de Trabalho e os prazos estabelecidos aconteceram em novembro de 2024, em um momento em que se imaginou que os recursos seriam suficientes para custear o sistema de todos os programas e, assim, iniciar o desenvolvimento em janeiro de 2025. Como essa expectativa não pode ser realizada ante os fatos explicitados acima, seria impossível cumprir a entrega desse produto porque a assinatura do contrato com a empresa aconteceu em abril e o prazo de entrega era junho.*
- Como o desenvolvimento desse produto está condicionado a existência de saldo remanescente e essa situação só aconteceu em junho, não houve, portanto, condições financeiras para executar o produto.”*

A Comissão de Monitoramento reconhece a relevância deste produto para a Política de Prevenção Social à Criminalidade, ressaltando que já houve uma readequação do prazo inicialmente estabelecido para a entrega. Trata-se, especificamente, do **Produto 3.3 – Desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade**, cuja previsão de conclusão, conforme o Programa de Trabalho do VIII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 02/2019, era dezembro de 2024.

Durante as negociações do IX Termo Aditivo, ficou pactuado que a aprovação do sistema ocorreria por meio de entregas parciais, distribuídas ao longo do ano de 2025.

Para além das formalizações referentes ao Contrato de Gestão, é importante recordar que a entrega do Sistema integra o Plano de Ação da Auditoria do Programa Ceapa, especificamente a **Ação 1.2. "Desenvolver o Sistema Integrado de Informações da Política de Prevenção à Criminalidade"**. Nessa conjuntura, a entrega deste produto está vinculada não apenas ao Contrato de Gestão nº 02/2019, mas também ao Plano de Ação pactuado com a Controladoria Setorial da Sejusp.

Ademais, o referido pedido de desconsideração foi amplamente discutido e avaliado no período anterior, e a Comissão de Monitoramento opinou pela permanência do produto no cômputo da meta, haja vista os argumentos já apresentados.

Desta forma, opina-se pela manutenção do mesmo raciocínio do objeto já discutido, levando a pauta para votação dos membros da Comissão de Avaliação.

4. RETIFICAÇÕES DO RELATÓRIO GERENCIAL DE RESULTADOS

Devido aos equívocos nos dados apresentados no RGR, apresenta-se, de modo sistematizado, as informações divergentes identificadas ao longo das descrições e das análises do 26º RGR.

Ressalta-se que, após conferência dos resultados dos indicadores, aferiu-se que os mesmos estão em conformidade com àqueles monitorados pela Assessoria de Gestão da Informação da Supec.

- Na página 7, na *Tabela 1 - Comparativo entre as metas previstas e realizadas*, do RGR, as metas dos indicadores 10.1, 10.2 e 10.3 estão incorretas. Onde se lê “91” o número correto é “182”, “203” o número correto é “406” e “45” o número correto é 90”, respectivamente.
- Na página 23, na *Tabela 1: Indicadores e metas*, na área temática do Fica Vivo, os dados e desempenho dos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3 estão incorretos. Os dados pertencem ao Programa Mediação de Conflitos.
- Na tabela 10, com os dados do indicador 4.1 (Atendimentos Ceapa) a *Coluna Total* está equivocada, com somas/números errados. Não obstante, os valores do 25º PA e dos meses do 26º PA estão corretos;
- Na tabela da página 82, com dados do indicador 7.1 (Ações de rede do Selo) a *Coluna Total* está equivocada, com soma apenas dos meses do 26º PA, ao invés de estar acumulado. Não obstante, os valores do 25º PA e dos meses do 26º PA estão corretos.
- Na página 114, na Área Temática do Proteja Minas na citação “grupo reflexivo maio”, na verdade se referia a junho;

Isto posto, a Comissão de Monitoramento reforça a **recomendação para que a Organização Social aprimore a revisão do conteúdo do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) para que não haja tantos erros materiais que acabam por fragilizar a confiabilidade nos dados apresentados pelo Instituto Elo, além de demonstrar falta de revisão na entrega final do documento.**

5. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Memória de Cálculo A – Recurso Estadual

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

26º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Area Meio	1.268.505,60	505.655,24	39,86%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	5.499.550,00	2.884.130,33	52,44%
3	Capacitações da equipe contratada	374.000,00	258.547,22	69,13%
4	Deslocamento da equipe contratada	144.000,00	39.210,27	27,23%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	101.500,00	22.567,32	22,23%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	1.442.750,00	812.992,45	56,35%
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	114.200,00	13.401,31	11,73%
9	Ações do Programa Se Liga	2.400,00	4.723,20	196,80%
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	787.360,00	359.921,19	45,71%
16	Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e Sede Administrativa	26.000,00	-	-
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	96.000,00	49.368,40	51,43%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	12.000,00	3.342,62	27,86%
20	Gestão das UPCS - Manutenção, Reforma e Obras.	380.000,00	300.286,33	79,02%
21	Gestão das UPCS - Locação de imóveis, seguro imóveis, seguro fiança, condomínio, energia elétrica, IPTU, água, telefonia, internet, reprografia, taxas e impostos de fiscalização e funcionamento, AVCB, incêndio, etc.	813.600,00	428.915,03	52,72%
23	Gestão das UPCS - Aquisição de material de consumo, material de escritório, material de limpeza, material de informática, galões de água mineral, descartáveis, etc.	180.000,00	155.535,37	86,41%
24	Gestão das UPCS - Serviços de instalação manutenção de equipamentos de informática, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, etc.	12.000,00	250,00	2,08%
25	Gestão das UPCS - Serviços de construção, plotagem, manutenção, instalação e limpeza de placas de identificação das UPCs.	9.000,00	25.905,00	287,83%
26	Gestão das UPCS - Despesas com Veículos (IPVA, Seguro, Impostos, Manutenção, Combustível, etc).	260.200,00	188.571,67	72,47%
27	Gestão das UPCS - Despesas de pronto pagamento.	204.000,00	118.208,95	57,95%
28	Pesquisa de Impacto dos Programas da Política de Prevenção à Crimialidade.	400.000,00	400.000,00	100,00%
Total		12.127.065,60	6.632.098,10	54,69%

Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Área Meio	38,52%	7.058.005,84
Área Fim	61,48%	11.264.958,43

Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Área Meio	7.563.661,08
Área Fim	17.391.401,29

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

26º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	17.224.990,68	13.450.130,44	9.256.828,48	5.942.167,51	13.167.091,07	9.677.891,02	18.703.363,98	18.703.363,98	18.703.363,98	18.703.363,98	18.703.363,98	18.703.363,98
(E) Total de Entradas de Recursos	154.934,49	111.674,49	415.809,81	11.268.987,48	528.755,32	13.068.550,15	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	3.929.794,73	4.304.976,45	3.730.470,78	4.044.063,92	4.017.955,37	4.043.077,19	-	-	-	-	-	-
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	13.450.130,44	9.256.828,48	5.942.167,51	13.167.091,07	9.677.891,02	18.703.363,98	18.703.363,98	18.703.363,98	18.703.363,98	18.703.363,98	18.703.363,98	18.703.363,98

Distribuição Gerencial dos Recursos		Composição do Saldo Financeiro (SF)		Movimentação da Reserva de Recursos	
(PP) Provisões de Pessoal	6.934.995,61	Saldo Extrato C/C	-	Transporte de Saldo	7.090.204,90
(C) Recursos Comprometidos	3.597.480,26	Saldo Extrato CI 1	18.703.363,98	Transferência para Reserva	710.055,54
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-	Saldo Extrato CI 2	-	Rendimentos Fin da Reserva	472.906,86
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	8.170.888,11	Saldo Fundo Fixo	-	Gastos da Reserva	44.258,34
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	18.703.363,98	(SF) (=) Saldo Financeiro	18.703.363,98	Saldo	8.228.908,96
		(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)	-		

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elio

26º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	TOTAL
Previsto													
1 Entrada de Recursos													
1.1 Repasses	11.525.665,95	-	-	12.908.219,43	-	-	-	-	-	-	-	-	24.433.885,38
1.2 Rendimentos Fin.	154.934,49	111.674,49	67.674,87	91.739,82	124.381,83	160.330,66	-	-	-	-	-	-	710.736,16
1.3 Receitas Arrecadadas													
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(8) Total de Entradas:	11.680.600,44	111.674,49	67.674,87	12.999.959,25	124.381,83	160.330,66	-	-	-	-	-	-	25.144.621,54

2 Saída de Recursos													
2.1 Gastos com Pessoal													
2.1.1 Salários	2.043.183,35	2.043.183,35	2.043.302,47	1.993.256,86	2.014.821,38	2.014.821,38	-	-	-	-	-	-	12.152.568,39
2.1.2 Estagiários	125.630,00	125.630,00	125.630,00	125.630,00	125.630,00	125.630,00	-	-	-	-	-	-	753.760,00
2.1.3 Encargos	606.474,27	606.474,27	606.474,27	590.351,27	597.800,31	597.800,31	-	-	-	-	-	-	3.605.374,70
2.1.4 Benefícios	573.372,74	573.372,74	573.372,74	559.650,83	566.736,92	566.736,92	-	-	-	-	-	-	3.413.242,89
Subtotal (Pessoal):	3.348.660,16	3.348.660,16	3.348.779,48	3.268.888,96	3.304.988,61	3.304.988,61	-	-	-	-	-	-	19.924.965,98
2.2 Gastos Gerais	1.237.481,20	1.050.631,20	838.201,20	1.539.151,20	821.451,20	1.131.651,20	-	-	-	-	-	-	6.618.567,20
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	285.480,00	-	-	-	-	-	-	-	-	285.480,00
2.4 Transferência para Reserva	154.934,49	111.674,49	67.374,87	91.739,82	124.381,83	160.330,66	-	-	-	-	-	-	710.436,16
(9) Total de Saídas:	4.741.075,85	4.510.965,85	4.254.355,55	5.185.259,98	4.250.821,64	4.596.970,47	-	-	-	-	-	-	27.539.449,34

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	TOTAL
Realizado													
1 Entrada de Recursos													
1.1 Repasses	11.525.665,95	-	-	12.908.219,43	-	-	-	-	-	-	-	-	24.433.885,38
1.2 Rendimentos Fin.	154.934,49	111.674,49	67.374,87	91.739,82	124.381,83	160.330,66	-	-	-	-	-	-	710.436,16
1.3 Receitas Arrecadadas													
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3 Outras Receitas	-	-	0,86	615,79	403.773,49	0,06	-	-	-	-	-	-	404.390,20
Subtotal Receitas:	-	-	0,86	615,79	403.773,49	0,06	-	-	-	-	-	-	404.390,20
(8) Total de Entradas:	11.680.600,44	111.674,49	67.375,73	13.000.575,04	528.155,32	160.330,72	-	-	-	-	-	-	25.548.711,74

2 Saída de Recursos													
2.1 Gastos com Pessoal													
2.1.1 Salários	1.632.561,60	1.659.780,43	1.738.378,05	1.732.223,08	1.762.976,49	1.770.695,83	-	-	-	-	-	-	10.296.615,48
2.1.2 Estagiários	86.993,04	81.811,93	82.371,90	75.070,41	79.304,38	89.463,58	-	-	-	-	-	-	495.035,24
2.1.3 Encargos	594.916,55	538.331,27	554.763,92	551.184,75	975.023,13	502.797,36	-	-	-	-	-	-	3.797.016,98
2.1.4 Benefícios	256.085,05	596.794,44	589.173,43	636.978,88	656.073,23	658.463,62	-	-	-	-	-	-	3.734.316,57
Subtotal (Pessoal):	2.570.556,24	2.876.718,07	2.964.687,30	2.975.457,12	3.473.377,23	3.101.420,39	-	-	-	-	-	-	18.322.964,27
2.2 Gastos Gerais	924.905,03	944.614,07	806.935,14	953.784,71	1.135.608,70	1.859.050,01	10.725,00	-	-	-	-	-	6.635.622,66
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	63.369,17	119.730,50	27.035,60	450,00	71.659,09	46.154,47	-	-	-	-	-	-	328.378,83
2.4 Transferência para Reserva	154.934,49	111.674,49	67.374,87	91.739,82	124.381,83	-	-	-	-	-	-	-	550.105,50
(9) Total de Saídas:	3.713.764,93	4.052.737,13	3.866.012,91	4.021.431,65	4.805.026,85	5.006.624,87	371.472,92	-	-	-	-	-	25.837.071,26

Realizado (I) Previsto	Previsto (-) Realizado
100,00%	-
99,96%	300,00
-	-
-	-
-	(404.390,20)
-	(404.390,20)
10,161%	(404.090,20)
Realizado (I) Previsto	Previsto (-) Realizado
84,73%	1.855.952,91
65,67%	258.764,76
105,32%	(191.642,28)
109,43%	(321.073,68)
91,96%	1.602.001,71
100,26%	(7.055,48)
115,03%	(42.898,83)
77,43%	160.330,66
93,82%	1.702.378,08

Memória de Cálculo B – FUNEMP

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de
Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
26º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (I) Previsto
1	Área Meio		-	-
2			-	-
3			-	-
4			-	-
5			-	-
6			-	-
8			-	-
9			-	-
11			-	-
16			-	-
18			-	-
19			-	-
20			-	-
21			-	-
23			-	-
24			-	-
25			-	-
26			-	-
27			-	-
28			-	-
29		-	-	-
30		-	-	-
Total		-	-	-

Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Área Meio		-
Área Fim		-

Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Área Meio	-
Área Fim	-

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

26º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	646.725,11	603.588,48	559.195,33	512.317,81	467.371,83	-	-	-	-	-	-	-
(E) Total de Entradas de Recursos	6.453,42	5.752,05	5.113,48	5.091,77	3.402,47	-	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	49.590,05	50.145,20	51.991,00	50.037,75	470.774,30	-	-	-	-	-	-	-
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	603.588,48	559.195,33	512.317,81	467.371,83	-	-	-	-	-	-	-	-

Distribuição Gerencial dos Recursos		Composição do Saldo Financeiro (SF)		Movimentação da Reserva de Recursos	
(PP) Provisonamentos de Pessoal	403.769,70	Saldo Extrato C/C	-	Transporte de Saldo	251.771,61
(C) Recursos Comprometidos	-	Saldo Extrato CI 1	-	Transferência para Reserva	27.981,99
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-	Saldo Extrato CI 2	-	Rendimentos Fin da Reserva	14.322,47
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	(403.769,70)	Saldo Fundo Fixo	-	Gastos da Reserva	-
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	-	(SF) (=) Saldo Financeiro	-	Saldo	294.076,07
		(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)	-		

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	TOTAL	
Previsto						
1	Entrada de Recursos					
1.1	Repasse					
1.2	Rendimentos Fin.	6.453,42	5.752,05	5.113,48	5.091,77	22.410,72
1.3	Receitas Arrecadadas					
1.3.1	Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-
1.3.2	Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-
1.3.3	Outras Receitas	-	-	-	-	-
	Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-
(B)	Total de Entradas:	6.453,42	5.752,05	5.113,48	5.091,77	22.410,72
2	Saída de Recursos					
2.1	Gastos com Pessoal					
2.11	Salários	31.692,04	31.692,04	31.692,04	31.692,04	126.768,16
2.12	Estagiários	-	-	-	-	-
2.13	Encargos	10.759,13	10.759,13	10.759,13	10.759,13	43.036,52
2.14	Benefícios	10.063,69	10.063,69	10.063,69	10.063,69	40.254,76
	Subtotal (Pessoal):	52.514,86	52.514,86	52.514,86	52.514,86	210.059,44
2.2	Gastos Gerais	-	-	-	-	-
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-
2.4	Transferência para Reserva	6.453,42	5.752,05	5.113,48	5.091,77	22.410,72
(S)	Total de Saídas:	58.968,28	58.266,91	57.628,34	57.606,63	232.470,16
	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	TOTAL	
Realizado						
1	Entrada de Recursos					
1.1	Repasse					
1.2	Rendimentos Fin.	6.453,42	5.752,05	5.113,48	5.091,77	25.813,15
1.3	Receitas Arrecadadas					
1.3.1	Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-
1.3.2	Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-
1.3.3	Outras Receitas	-	-	-	-	-
	Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-
(B)	Total de Entradas:	6.453,42	5.752,05	5.113,48	5.091,77	25.813,15
2	Saída de Recursos					
2.1	Gastos com Pessoal					
2.11	Salários	29.630,22	29.497,32	32.982,10	22.833,48	114.943,12
2.12	Estagiários	-	-	-	-	-
2.13	Encargos	10.709,31	10.709,31	10.709,31	10.709,31	42.837,24
2.14	Benefícios	4.943,22	9.673,52	9.897,52	10.420,72	34.934,98
	Subtotal (Pessoal):	45.282,75	49.880,15	53.588,93	43.963,51	192.715,34
2.2	Gastos Gerais	-	-	-	403.769,70	403.769,70
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-
2.4	Transferência para Reserva	6.453,42	5.752,05	5.113,48	5.091,77	22.410,72
(S)	Total de Saídas:	51.736,17	55.632,20	58.702,41	452.824,98	618.895,76

Realizado (f) Previsto	Previsto (-) Realizado
15,38%	(3.402,47)
-	-
-	-
-	-
115,18%	(3.402,47)
Realizado (f) Previsto	Previsto (-) Realizado
90,67%	11.825,04
99,54%	39,28
86,78%	5.339,78
91,74%	17.344,10
-	(403.769,70)
100,00%	-
266,23%	(386.425,60)

5.1 Análise das receitas e despesas do período

Os Relatórios Gerenciais Financeiros (RGF) foram enviados pelo Instituto Elo por e-mail em 09/07/2025, e os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também apresentaram fidedignidade com os saldos informados nos RGFs.

Do total de saídas realizadas no 26º período avaliatório foi executado 93,82% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual) e 266,23% da Memória de Cálculo B (recurso oriundo do Ministério Público - FUNEMP).

Importante destacar que o primeiro repasse financeiro somente ocorreu no mês de abril/2025, devido a alteração da fonte pagadora dos recursos na Sejusp. Em consequência do atraso, a Supec autorizou a utilização temporária dos recursos existentes na conta reserva para pagamento de despesas imprescindíveis a continuidade da política pública, em consonância às disposições do Decreto vigente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, **nos limites de suas competências preconizadas pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018**. Ademais, informa que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio dos servidores da SEJUSP, dos funcionários da OS Instituto Elo, e precipuamente das diretorias e coordenações dos programas de prevenção social à criminalidade da Supec.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e de Parcerias

Relatório da Comissão de monitoramento 26º PA - SEJUSP/AGUP

Belo Horizonte, 06 de agosto de 2025.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO 002/2019

Declaramos ter realizado os procedimentos de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão 002/2019, celebrado entre a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e a Organização Social Instituto ELO, bem como supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo no 26º período avaliatório e realizado a conferência documental, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e no Relatório Gerencial Financeiro (RGF); os indicadores e os produtos; os valores comprometidos e a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão 002/2019, conforme demonstrado no Relatório Gerencial Financeiro apresentado pelo Instituto ELO.

Esclarecemos ainda, que o procedimento da checagem amostral periódica, ou seja, a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme disposto na legislação pertinente, encontra-se em finalização, conforme justificativa apresentada no Relatório de Monitoramento, e será apresentado até a data da reunião da Comissão de Avaliação.

Assim sendo, ratificamos e atestamos a fidedignidade das informações produzidas pela Comissão de Monitoramento, com o apoio e colaboração das diretorias e coordenações dos programas que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade e exaradas no respectivo Relatório da Comissão de Monitoramento, PDF doc. (119850799).

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Marina Tereza da Silva Coelho

Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão nº002/2019

Ana Carolina dos Santos Gonçalves

Representante da Unidade Financeira do OEP

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Cícera Maia

Membro da Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 002/2019



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora-Chefe**, em 06/08/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Tereza da Silva Coelho, Servidor(a) Público(a)**, em 06/08/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cícera Maia, Servidora**, em 06/08/2025, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 06/08/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina dos Santos Gonçalves, Servidor(a) Público(a)**, em 07/08/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **119851065** e o código CRC **9B6960D0**.

Referência: Processo nº 1690.01.0009474/2019-29

SEI nº 119851065